

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico - CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

AIRTON AKIO FUKUNAGA

**A QUESTÃO ENERGÉTICA NO CENTRO DAS AÇÕES INTERNACIONAIS  
CHINESAS**

Florianópolis, 2018

AIRTON AKIO FUKUNAGA

**A QUESTÃO ENERGÉTICA NO CENTRO DAS AÇÕES INTERNACIONAIS CHINESAS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito a  
obtenção do grau de Bacharelado

**Orientador: Hoyêdo Nunes Lins**

Florianópolis, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Airton Akio Fukunaga na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

-----  
Dr. Francis Carlo Petterini Lourenço

-----  
Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

A nossa vida é aquilo que os nossos pensamentos fizerem dela.  
Marco Aurélio

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, eu sou profundamente grato à minha família. Sem o apoio e carinho dos meus pais, Airton e Jaciene, do meu irmão, Alex, e do meu tio, Américo, nada do que eu vivenciei na UFSC seria possível. Espero que um dia eu possa retribuir toda dedicação e afeto que vocês me proporcionaram durante todos esses anos.

Agradeço, em especial, a minha avó Shizue, que durante toda a vida me ensinou que somente com o trabalho árduo nós conseguimos alcançar nossos objetivos na vida.

Agradeço ainda ao meu Orientador Hoyêdo Lins, pelo suporte, ensinamentos e oportunidades durante toda a graduação e durante o tempo de orientando. Agradeço à paciência e pela busca constante em auxiliar o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma em toda a minha trajetória de vida, não seria possível chegar onde estou sem o auxílio de vocês.

## **RESUMO**

O processo de reforma e abertura econômica do final da década de 80 proporcionado pelo governante chinês Deng Xiaoping estimulou a expansão econômica chinesa a um nível nunca visto na história do capitalismo mundial. A expansão da indústria, da urbanização, do consumo interno e das trocas comerciais internacionais colocou a China no centro do complexo tabuleiro geopolítico internacional. Associado a rápida expansão econômica veio a necessidade crescente de consumo de diversos recursos e, assim, de uma preocupação nacional e internacional sobre como a China irá obter esses recursos para garantir o crescimento econômico acelerado. Em relação aos recursos energéticos, o país está no centro das discussões envolvendo a questão de energética, pois o país vem buscando garantir a fornecimento nacional através da expansão direcionada a regiões ricas em recursos energéticos, esta aproximação é vista por muitos países como uma forma de minar a influência ocidental nessas regiões estratégicas na questão energética. Entender as ações de Pequim são importantes para entender os rumos que a economia chinesa planeja seguir nos próximos anos.

**Palavras chave:** China, Energia e Geopolítica

## **ABSTRACT**

The process of reform and economic opening of the late 1980s provided by the Chinese government Deng Xiaoping stimulated economic expansion to the Chinese a glance seen in the history of world capitalism. The expansion of industry, urbanization, domestic consumption and international trade has placed China at the center of the complex international geopolitical board. Associated with rapid economic expansion has come the increasing need for consumption of various resources and thus a national and international concern about how China will obtain these resources to ensure accelerated economic growth Regarding energy resources, the country is not a conference center in an energy sector, as the country has been seeking a national supply through the expansion directed to regions rich in energy resources, this connection is seen by many countries as a way of mining a scheme of active particles in the energy issue. Understanding Beijing's actions are important to understand the directions the Chinese economy plans to follow in the coming years.

**Keywords:** China, Energy and Geopolitics.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	9
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	10
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral .....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.2.3 Justificativa .....	13
1.3 METODOLOGIA.....	14
<b>2. CONSIDERAÇÕES DE CUNHO CONCEITUAL E DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b> 16	
2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO E DAS RELAÇÕES ENTRE CENTRO- PERIFERIA NO SISTEMA CAPITALISTA. ....	16
2.2 A ENERGIA COMO FOMENTADOR DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA	19
2.3 A CHINA EM FACE DOS DESAFIOS LIGADOS À ENERGIA .....	22
<b>3: O PROCESSO DE REFORMA ECONÔMICA CHINESA E SEU PAPEL IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS.</b> .....	27
3.1- FATORES INTERNOS: AS TRANSFORMAÇÕES POLITICO-ECONÔMICAS CAPITANEADAS POR DENG XIAOPING INICIADA EM 1978, E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO CHINÊS. ....	28
3.2 FATORES EXTERNOS: O PAPEL DA ABERTURA COMERCIAL PARA O CRESCIMENTO ECONOMICO CHINES E A IMPORTANCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS PARA A CRIAÇÃO DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS. ....	33
<b>4. O PAPEL DA POLÍTICA ENERGÉTICA CHINESA PARA O CRESCIMENTO NACIONAL.</b> .....	41
4.1 OS MOTORES DO CRESCIMENTO ECONOMICO CHINÊS: A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO E DO CARVÃO PARA A MATRIZ ENERGÉTICA CHINESA .....	44
<b>5. A CRUZADA CHINESA EM BUSCA DE ENERGIA</b> .....	48
5.1 A PRESENÇA CHINESA NO CORAÇÃO PETROLÍFERO MUNDIAL.....	50
5.2- A PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA .....	50
5.2.1 As relações entre China e Venezuela .....	52
5.2.2 As relações entre China e Brasil.....	53



<b>5.3 O ELDORADO ENERGÉTICO CHINÊS: A PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO.....</b>	<b>54</b>
<b>5.3.1 As relações da China com Angola .....</b>	<b>56</b>
<b>5.3.2 As relações entre a China e o Sudão .....</b>	<b>59</b>
<b>5.3.3 As relações entre a China e Guiné-Equatorial.....</b>	<b>62</b>
<b>5.4.4 As relações entre a China e o Congo.....</b>	<b>65</b>
<b>6. A DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA CHINESA COMO SAÍDA PARA A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA.....</b>	<b>69</b>
<b>7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFÊRENCIAS .....</b>	<b>76</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Principais produtos importados pela China em 2016(em milhões de dólares).....	34
Tabela 2: Financiamento chinês na América Latina 2005-2017 .....	51
Tabela 3: Reservas de petróleo no Continente Africano entre os anos de 1985-2005 em bilhões de barris por ano.....	55
Tabela 4: Exportações de petróleo de Angola durante o período de 2004-2007.....	57
Tabela 5: Principais importações chinesas de petróleo (janeiro-março de2010) .....	57
Tabela 4: Pauta exportadora do Congo em milhões de dólares no ano de 2004. ....	66
Tabela 5: Principais produtos importados da China pelo Congo .....	67

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do preço dos barris de petróleo durante 1960-1985.....	21
Figura 2: Emissão de CO2 em toneladas durante o período de 1990-2014. ....	25
Figura 3: Evolução do PIB chinês no período de 1961-2017 em %.....	27
Figura 4: Evolução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento chinês em milhões de US\$ a preços correntes do ano 2017. ....	31
Figura 5: Exportações e importações totais chinesas, 1980-2015(em US\$ milhões).....	34
Figura 6: Localização das Zonas Econômicas Especiais.....	37
Figura 7: Fluxo de investimento direto estrangeiro em milhões de dólares.....	39
Figura 8: Consumo e produção de petróleo pela China no período de 1993-2016 .....	44
Figura 9: Consumo das principais matrizes energéticas na China em % .....	47
Figura 10: Participação dos principais compradores do Sudão (2005-2010).....	60
Figura 11: Participação dos principais fornecedores do Sudão (2005-2010).....	61
Figura 12: Exportações e importações da Guiné Equatorial em milhões de dólares .....	63
Figura 13: Exportações da Guiné Equatorial no ano de 2013 e seus principais participantes em bilhões de dólares. ....	64
Figura 14: Distribuição dos maiores clientes de petróleo do Congo em %.....	67
Figura 15: Comportamento das exportações e importações entre Congo e China em %.....	68
Figura 17: Consumo das matrizes energética chinesa no período de 1990-2016.....	69
Figura 18: Consumo e produção de gás natural na China em pés cúbicos.....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPC- *China National Petroleum Corporation*

EIA - *U.S. Energy Information Administration*

IEA- *Internacional Energy Agency*

IED- Investimentos Estrangeiros Diretos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa & Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PCC- Partido Comunista Chinês

Sinopec- *The China Petroleum and Chemical Corporation*

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

A questão sobre a segurança energética de um país é um assunto de extrema importância no campo econômico, social e geopolítico. Com o surgimento da Revolução Industrial, a questão da segurança energética virou um tema relevante nas decisões de políticas internas e externas de diversos países.

Para analisar a importância do fornecimento energético para o desenvolvimento e crescimento de uma nação é possível analisar um exemplo histórico. O Japão ampliou seu império antes da 2ª Guerra Mundial para toda a Ásia como forma de garantir o crescimento industrial nacional, os Estados Unidos, que eram até então o principal fornecedor de petróleo ao Japão, impuseram severas sanções como forma de frear a oferta energética japonesa. Este fato ocasionou um profundo desgaste nas relações bilaterais de ambos os países, que culminaram com o conflito bélico da 2ª Grande Guerra Mundial.

A China após a segunda guerra mundial foi marcada por um cenário de extrema pobreza, baixa atividade industrial e por sua baixa urbanização, além disso, com o passar dos anos, o país observou os seus vizinhos asiáticos gozarem de um intenso crescimento social e econômico marcado, principalmente, pela introdução de um novo sistema econômico que foi responsável por remodelar as ligações desses países asiáticos com os países centrais do capitalismo.

A China a partir da década de 1970 realizou uma série de reformas em sua estrutura econômica que teve como objetivo a abertura lenta e gradual da sua economia ao mercado internacional, sem comprometer, entretanto, o planejamento estatal nos setores nos quais o Governo julgou estratégico para o desenvolvimento do país. Nos últimos trinta anos, as reformas promovidas pelo país consolidaram um pujante crescimento econômico, que permitiu ao país uma posição de destaque no cenário político, econômico e social na esfera Mundial.

Entretanto, um dos entraves para o desenvolvimento chinês é a questão do suprimento energético em um contexto de rápido crescimento econômico e de uma escassa disponibilidade de recursos energéticos em seu próprio território. Para um país como a China, que atravessa um estágio econômico particularmente intensivo em energia, o acesso crescente a fontes e supridores de energia torna-se um imperativo para a continuidade do crescimento e para a estabilidade política do regime.

A complexidade da questão energética para a China não decorre somente da dúvida sobre a capacidade do mundo de produzir energia em quantidade suficiente para fomentar o crescimento econômico do país, mas também decorre da dúvida de que, mesmo que a oferta mundial seja suficiente, o país não terá como escapar da dependência externa do suprimento de energia. A possibilidade de ser dependente energeticamente de regiões mais ou menos longínquas do globo é matéria de preocupação do Governo chinês. A estabilidade política no país é, em boa medida, dependente da manutenção do crescimento econômico, e a perspectiva de eventual colapso, por razões externas ou internas, do suprimento de energia, e consequentemente, da própria economia chinesa, é um cenário que o governo procura evitar a todo custo (Lyrio, 2012, p.65)

O Governo chinês procura solucionar os problemas energéticos enfrentando diversos desafios simultaneamente. Se por um lado, o país procura investir volumosos recursos financeiros na diversificação da sua matriz energética para não aumentar a dependência do uso do carvão e do petróleo. Por outro lado, o governo procura aumentar a sua zona de influência pelo mundo como forma de garantir o fornecimento energético para sua economia. Tendo em conta que a projeção internacional do país em termos de presença comercial e de investimentos em países fora do entorno chinês é relativamente recente, e que as próprias empresas chinesas de energia apenas começaram a atuar no exterior recentemente, Pequim tem procurado superar as opções limitadas decorrente de sua entrada tardia no complexo tabuleiro energético mundial por meio de alianças das mais variadas e da forma mais abertamente pragmática, mesmo ao custo de certo desgaste político diplomático, como no caso do envolvimento no Sudão ou do apoio ao Irã, maior supridor de petróleo da china ( Lyrio, 2010, p.63).

A linha de atuação diplomática chinesa é buscar a diversificação de oportunidades em todas as regiões e países ricos em recursos energéticos: Oriente Médio, Ásia Central, África, América Latina e Sudeste Asiático.

Entender as ações internacionais chinesas é de extrema importância para entender os caminhos que a economia chinesa pretende seguir nos próximos anos e como a questão energética construirá o cerne das políticas internacionais do país com o restante do mundo, além disso, entender quais as consequências da expansão diplomática chinesa para o reordenamento da ordem mundial, com a China alavancando ainda mais o seu papel hegemônico.

## 1. 2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar os principais aspectos do componente energético chinês na concepção e execução da política externa chinesa nas últimas décadas.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a trajetória econômica chinesa desde os anos 1970, por meio de indicadores relevantes, e apontar os problemas e limitações vinculados à problemática energética;
- b) Identificar a incidência da questão energética nos planos de governo e nas ações governamentais privilegiadas nas últimas décadas na china, procurando perceber o espaço institucional a ela outorgado e o seu caráter estratégico naquele Estado;
- c) Realizar uma análise mais detalhada com estudos de casos sobre experiências da expansão diplomática chinesa em continentes considerados estratégicos para a política energética chinesa destacando ações chinesas em países chaves em cada continente.

### 1.2.3 Justificativa

A questão energética é fundamental para um crescimento econômico sustentável de curto a longo prazo. Na história do capitalismo moderno, todas as nações que almejam a hegemonia econômica dependem do controle sobre as matrizes energéticas. Atualmente, a China vem apresentando um crescimento econômico surpreendente, entretanto, o crescimento econômico chinês está sofrendo com restrições energéticas que comprometem sua expansão para as próximas décadas.

O governo chinês, visando diminuir as restrições energéticas sofridas pelo país, busca acordos em diversas localidades do planeta com o objetivo de garantir o suprimento energético para os próximos anos.

Pesquisar como esses acordos bilaterais funcionam é de extrema importância para entender os caminhos que a economia chinesa pretende seguir nos próximos anos e como esses acordos impactam em um novo ordenamento político mundial.

### 1.3 METODOLOGIA

Quanto à natureza do estudo, a pesquisa será, de acordo com o Gil (1991), de caráter qualitativo, uma vez que esta abordagem se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001, p. 35), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

A presente pesquisa tem caráter de um estudo descritivo, pois envolve uma descrição das características de uma comunidade e o seu processo histórico. A pesquisa será também de tipo teórica, pois o objetivo da presente pesquisa é a interpretação de fenômenos e o procedimento técnico que será adotado será a pesquisa bibliográfica. Durante o desenvolvimento do trabalho, será utilizado tabelas, figuras e gráficos como recursos de demonstração dos dados e das informações obtidas através das fontes.

Em relação a coleta e análise de dados, será realizada uma revisão bibliográfica mais aprofundada da literatura específica, no intuito de fundamentar cientificamente a pesquisa e a fim de buscar dados em pesquisas já realizados na área de estudo, que servirão de base para o presente estudo.

As limitações da presente pesquisa se concentram na obtenção dos dados, apesar de grande parte dos dados ser obtida nos veículos oficiais de dados estatísticos do governo chinês inúmeras instituições internacionais alegam que a manipulação de dados pelo órgãos públicos chineses é uma prática recorrente, e que essa prática é um recurso utilizado pelo governo para mascarar potenciais fragilidades na estrutura energética, militar e econômica chinesa, e em alguns casos, para garantir a segurança nacional.

Como forma de solucionar em parte este problema foi feita uma análise profunda de diversos trabalhos e a respectiva base de dados utilizadas nessas pesquisas para o desenvolvimento deste trabalho, em grande medida, a base de dados utilizada é a divulgada anualmente pela agência internacional de energia (IEA) que possui fiscalizadores próprios e os dados divulgados pelo órgão são confiáveis.

A divisão do trabalho tem como objetivo proporcionar clareza e coesão na pesquisa para, assim, atingir a todos os objetivos propostos. A seguir será apresentada a estrutura do trabalho.



O primeiro capítulo, onde constará a introdução, apresentará o tema da pesquisa, o problema, os objetivos da pesquisa, a justificativa e a metodologia utilizada no trabalho.

O segundo capítulo compreenderá uma análise do referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo terá como enfoque uma análise geral da história econômica chinesa, desde a consolidação das reformas econômicas na década de 70 até os tempos atuais, além disso, irá explorar os principais entraves que a economia chinesa vem passando recentemente, e quais as políticas adotadas pelo governo chinês para reduzir estes entraves.

No quarto capítulo o enfoque será sobre o papel da energia para o crescimento econômico chinês, as medidas nas quais o Governo vem adotando para a diminuição da dependência energética nacional, e como essa questão leva Pequim a adotar uma série de medidas para expandir sua influência para todo o globo como forma de assegurar recursos energéticos para o crescimento do país. Neste capítulo será utilizado alguns estudos de casos em que a China expandiu sua influência por meio de acordos comerciais, políticos e militares com o intuito de garantir o suprimento energético nacional.

No quinto capítulo tratará de casos específicos da expansão chinesa em certas regiões do globo.

No sexto capítulo tratará sobre as políticas de diversificação da matriz energética chinesa promovidas pelo Governo chinês. No último capítulo será tratado das considerações finais.

## 2. CONSIDERAÇÕES DE CUNHO CONCEITUAL E DE CONTEXTUALIZAÇÃO

De forma a auxiliar a análise a que este trabalho se propõe, faz-se necessário apresentar alguns conceitos importantes que demonstrem a convergência entre o crescimento econômico chinês e a expansão de sua influência pelo mundo. Além disso, é necessário entender o papel da energia não somente para o desenvolvimento do capitalismo, mas também, a importância que este assunto tem para as políticas internas e externas do Governo chinês. Primeiramente, serão expostos autores que explanam as teorias de desenvolvimento das relações entre o centro e periferia. Posteriormente, serão elucidadas a conceituação de importantes assuntos que facilitarão o entendimento do panorama geral a que este trabalho propõe.

### 2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO E DAS RELAÇÕES ENTRE CENTRO- PERIFERIA NO SISTEMA CAPITALISTA.

O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), em sua obra “o tempo do Mundo”, de 1998, dá prerrogativa acerca da estrutura socioeconômica mundial. Segundo Braudel (1998), as diversas economias do mundo estariam voltadas para o mesmo ponto: o centro (BRAUDEL, 1998). Esse direcionamento dos países ao centro explicaria a construção das economias-mundos e as circunstâncias da existência do capitalismo e da economia de mercado. Assim:

Uma economia local sempre seria periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento racional em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes[...]. É como se a centralização e a concentração dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação (BRAUDEL, 1998, P.26 apud BASSO, 2016).

Neil Smith (1954), em sua obra “Desenvolvimento Desigual”, de 1993, explica a divisão do trabalho dentro da sociedade como a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento (SMITH, 1993). Segundo o autor, em inúmeros momentos da história mundial, as diferenças das condições naturais de cada nação provocariam mudanças quantitativas e qualitativas da organização social e da divisão do trabalho. Portanto, segundo a visão do autor, as nações consideradas como as mais ricas do planeta eram aquelas com a maior disponibilidade de recursos naturais e energéticos, entretanto, com o passar dos anos a modernidade fez afastar-se tal conceito, já que a modernização do progresso tecnológico e de transportes fez com que o processo de acumulação do capital nivelasse, de certo modo, as diferenças naturais, pois as novas tecnologias seriam responsáveis pela diferenciação do espaço nas escalas interurbanas, regionais e internacionais. Desta forma, a geografia espacial seria socialmente produzida, e não mais um padrão natural recebido (BASSO, 2016).

Em seu livro “A ilusão do Desenvolvimento”, de 1997, Giovanni Arrighi questiona a característica da economia mundial, em que alguns países permanecem em uma situação intermediária entre a maturidade e o atraso, ou segundo o próprio autor, uma situação intermediária entre o “centro” e “periferia”. Esta posição seria uma condição estrutural, que ligaria as relações das cadeias de mercadorias além-fronteiras. Segundo Arrighi (1997):

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como semiperiféricas. Alguns países (do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns países(periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser os lócus de acumulação e poder mundiais, e os segundos, os lócus da exploração e da impotência (ARRIGHI, 1997, p.140 apud BASSO, 2016).

Na visão de Basso (2016), não há atividades tipicamente dos países centrais e periféricos, pois o processo de inovação é que determinará a posição de um Estado frente aos demais. Os países participam de um “jogo de soma zero”, no qual a melhora da combinação das atividades de seu núcleo orgânico e da periferia, obrigatoriamente implica no rebaixamento das combinações de outros Estados. Segundo Arrighi (1997), restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazer com que estas atinjam status de núcleo e rebaixar outras ao status de periferia. Desta forma, o poder de um Estado determinar as relações entre o centro-periferia limita-se de acordo com a capacidade de os outros Estados fazerem o mesmo, o que é determinado pelas inovações tecnológicas que exercem pressões competitivas (ARRIGHI, 1997).

As teorias explanadas por estes autores auxiliam na compreensão da postura adotada pela China nos últimos anos. O país que assumiu uma posição periférica durante grande parte da sua história procura hoje torna-se parte do seleto grupo de países centrais, que ditam as regras gerais dos sistemas econômicos e políticos mundiais. A expansão para outros continentes é sinal de que o país procura consolidar a sua posição hegemônica deixando para trás a sua posição periférica perante aos países do núcleo central do capitalismo. Para entender a expansão diplomática chinesa em busca de energia é necessário conceituar certos assuntos para a melhor compreensão deste trabalho.

Em primeiro lugar, é importante entender o conceito de globalização, pois o entendimento deste assunto é fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa. A origem da globalização é um assunto muito questionado dentro do ambiente acadêmico, pois alguns pesquisadores creditam que o fenômeno da globalização é recente e teve início com a queda da União Socialista das Repúblicas Soviéticas( URSS) no final da década de 1980 do

século XX, entretanto, outros pesquisadores creditam a origem da globalização ao início do período das grandes navegações no século XV com a expansão da economia mercantilista.

O conceito de globalização deve ser caracterizado como o processo de aprofundamento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas entre os países do globo. Este processo é caracterizado, em grande parte, pela ausência ou diminuição das barreiras econômicas, culturais e imigratórias entre os países. Para IANNI (apud ALVAREZ, 1999, P.97) “a Terra se ‘mundializou’ de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica”. De fato, o termo globalização tem sido usado para

caracterizar um conjunto aparentemente bastante heterogêneo de fenômenos que ocorreram ou ganharam impulso a partir do final dos anos 80- como a expansão das empresas transnacionais, a internacionalização do capital financeiro, a descentralização dos processos produtivos, a revolução da informática e das telecomunicações, o fim do socialismo de Estado na ex-URSS e no leste europeu, o enfraquecimento dos Estados nacionais, o crescimento da influência cultural norte-americana etc.-, mas que estariam desenhando todos uma efetiva ‘sociedade mundial’, ou seja, uma sociedade na qual os principais processos e acontecimentos históricos ocorrem e se desdobram em escala global. (ALVAREZ, 1999, P. 97).

Com base no exposto acima, o processo de globalização envolve vários fenômenos de caráter político, cultural, social e econômico, que vem ocorrendo ao longo dos anos e vem sendo observado mais nitidamente nas últimas décadas. Percebe-se, que a globalização deve ser vista como um processo inter-relacionado, e conseqüentemente, bem complexo. Nos últimos anos, vários estudos apresentados sobre o tema nos remetem a uma nova reflexão dos efeitos da globalização nas relações entre os países e dentro da própria sociedade.

Para SANTOS (2000), a globalização constituiu numa revolução que se projeta como fator de discriminação e de aprofundamento das diferenças sociais, segundo o autor:

[...] marca a ruptura nesse processo de evolução social e moral que se tinha fazendo nos séculos precedentes. É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida do planeta. Finalmente, quando esse processo técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. (SANTOS, 2000, p.65).

Conforme exposto pelos autores acima, a globalização tem por característica o aprofundamento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas entre os países do mundo. Sem esse aprofundamento, a economia como nós a conhecemos não seria possível. O fenômeno da globalização permitiu pela primeira vez um comércio em nível internacional, no qual foi fundamental para a consolidação do capitalismo monopolista que surgiu na Inglaterra durante a Revolução Industrial e continua até os dias atuais.

## 2.2 A ENERGIA COMO FOMENTADOR DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA

Com a transição produtiva da economia mundial houve uma aceleração do crescimento tecnológico, e com a intensificação da inovação em manufatura, recursos foram transferidos para o setor, principalmente, os recursos energéticos. O rápido crescimento econômico dos países que saíram na vanguarda da Revolução Industrial fez com que no século XIX, o preço das commodities energéticas elevassem a níveis alarmantes. O que ocasionou uma acentuada desaceleração da economia mundial. Neste momento, os países perceberam que a questão energética era fundamental para o planejamento econômico e político das nações que almejam a hegemonia mundial.

Como já explanado anteriormente, a Revolução Industrial modificou a organização do sistema capitalista. Segundo Freitas (2014), no decorrer da história houve três grandes Revoluções Industriais, a mais importante segundo o autor, é a segunda Revolução Industrial, pois foi a responsável por modificar fortemente as estruturas produtivas, geoeconômicas e geopolíticas. Entre as mudanças geradas dentro do processo produtivo que a segunda Revolução Industrial proporcionou, a mudança da matriz energética é a que têm maior destaque até os dias atuais. A matriz predominante durante a primeira Revolução industrial consistia no carvão, com o surgimento da segunda revolução industrial, o uso do petróleo superou o uso da matriz anterior e, se tornou a principal matriz energética do sistema econômico mundial. Segundo Freitas (2013):

Ao longo do século XIX, o carvão constituiu-se, portanto, no recurso energético que alavancou a Revolução Industrial. Além disso, aquele combustível se transformou em um dos recursos chaves para a consecução do equilíbrio de poder entre as potências que constituíram o sistema internacional. Mas foi o petróleo que, para além do pomo da discórdia, consolidar-se-ia como sendo o principal recurso energético e sobre o qual se desenvolveria o quarto ciclo de acumulação capitalista sob a égide dos EUA (FREITAS, 2013, p.122 apud FREITAS, 2014, p.129).

Segundo dados U.S Energy Information Administration (EIA, 2018), a dependência energética dos Estados Unidos perante ao petróleo é tão significativa que cerca de 95% do combustível líquido utilizado pelo país no ano de 2017 é proveniente do petróleo. A base dos combustíveis líquidos é essencialmente o petróleo, inclusive em relação ao gás natural liquefeito, cuja origem associa-se em boa medida a extração de óleo cru.

Portanto, com base no exposto acima, é possível observar a importância que o petróleo possui para o dinamismo do sistema econômico mundial, mais precisamente para o crescimento econômico dos países tanto centrais como periféricos. A diversificação energética apresentada por inúmeros países, inclusive a China, tem como efeito uma redução da dependência do uso

de petróleo por esses países, mas esta queda não significa o abandono dessa importante matriz energética. Assim, o petróleo cru permanece como a mais importante fonte individual na produção mundial de energia primária, algo observado durante quase todo o período do século XX e que não deixou de ter grande influência em vários acontecimentos e processos de cunho econômico e político simultaneamente (BEAUD, 1989; MADDISON, 1986 apud LINS, 2005).

A importância dos recursos energéticos para o capitalismo mundial e o destaque dado ao petróleo como motor de crescimento econômico mundial outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na geopolítica do capitalismo (LINS, 2005). Os países que almejam a hegemonia mundial precisam garantir o acesso às fontes e assegurar a produção e oferta de energia a preços que a economia do país possa consumir.

As regiões com reservas importantes tornaram-se vitais para o complexo tabuleiro geopolítico mundial. O acesso as reservas de energia são extremamente importantes aos grandes países consumidores de petróleo, portanto, a estabilidade das regiões produtoras torna-se essencial para as grandes potências mundiais, segundo Lins (2005):

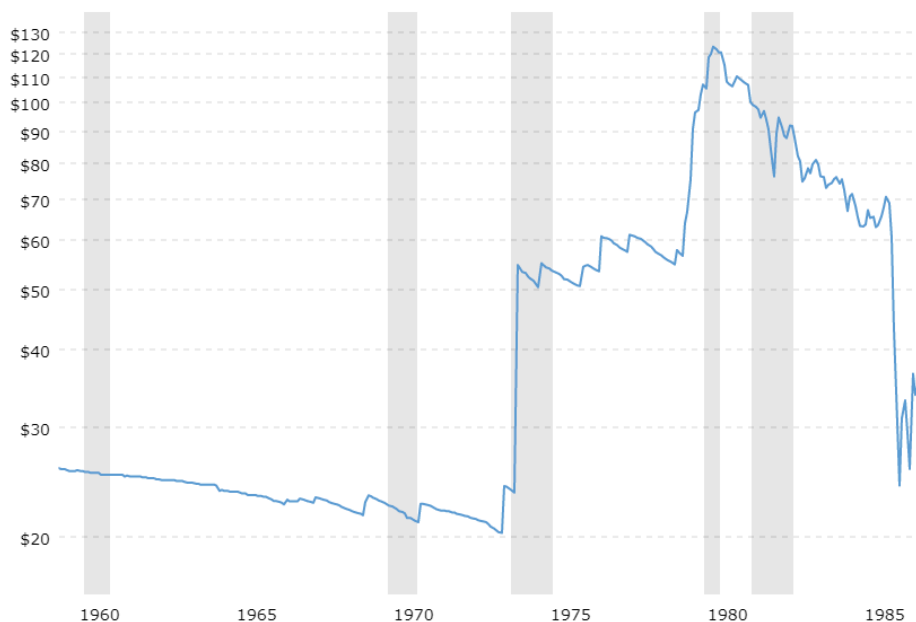
[...] a problemática energética e sua geoeconomia exibem uma incontornável geopolítica. Geografia e política, e obviamente também a economia, se entrelaçam irremediavelmente em torno da energia, ainda mais que o período atual registra mudanças na espacialidade da acumulação da riqueza global que produzem, ao lado da escalada na demanda energética de países como China e Índia (LINS, 2005, p.12).

Esse fenômeno é visto desde o período conhecido como a crise do petróleo. A crise ficou marcada por dois momentos durante a década de 1970 e 1980 pelo embargo provocado pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pelo Golfo Pérsico na distribuição de petróleo para os Estados Unidos e para os países da Europa. Na crise petrolífera de 1973, o embargo da OPEP foi direcionado aos Estados Unidos e aos países europeus devido ao apoio dado a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, os países da OPEP elevaram o preço do barril do petróleo em mais de 400%. Em março de 1974, os preços nominais tinham subido de 3 para 12 dólares por barril (a preços atuais, o preço do barril subiu de 14 para 58 dólares).

O que ficou conhecido como o segundo choque do petróleo ocorreu em 1979 durante a crise política que o Irã passou, no que resultou na deposição do Xá Reza Pahlevi. No decorrer dos eventos políticos vivenciados no país toda a produção petrolífera do país se desorganizou e isso fez com que os preços mundiais aumentassem. Entre 1979 a 1981, o preço nominal do preço nominal do barril aumentou de 13 para 34 dólares (50 para 120 dólares a preços atuais). Logo após o conflito político no país, o Iraque declarou guerra ao Irã em 1980. A guerra Irã-Iraque foi responsável pelo aumento súbito do preço mundial do barril de petróleo em face da

súbita da diminuição da produção de dois dos principais produtores mundiais. Na figura 1, é possível observar a evolução do preço dos barris durante o período de 1960 a 1985.

Figura 1: Evolução do preço dos barris de petróleo durante 1960-1985.



Fonte: Macrotrends (2018)

Explicado a importância da questão energética para o desenvolvimento do complexo tabuleiro geopolítico mundial, é preciso explorar mais dois pontos importantes relacionados a questão energética, e que são fundamentais para o bom entendimento deste trabalho. São eles: a conceituação do termo chamado de “segurança energética, e a identificação dos problemas ambientais causados pela matriz energética predominante na economia mundial, e como esses problemas podem causar profundos impactos nas estruturas econômicas, políticas e sociais dos países. No primeiro caso, a conceituação do termo de segurança energética é fundamental para entender as diversas políticas adotadas pelo governo chinês em suas ações internacionais.

Primeiramente, é preciso compreender como ainda persiste a dificuldade de concepção que o fator energético deve ser tratado como uma questão de segurança nacional, a dificuldade passa por se tratar de um tema que envolve diversos campos teóricos de estudo envolvendo geopolítica, geoeconomia, energia, diplomacia e militarismo. A complexidade teórica envolvendo a segurança energética dos países possibilita a formulação de diferentes conceitos sobre o tema.

Segundo Dhenin (2011), a definição de segurança energética discorre de duas dimensões: A primeira, sobre a confiabilidade, referente à capacidade do sistema energético para evitar uma redução brutal do fornecimento de energia para os consumidores, e a segunda

dimensão se trata sobre a segurança do abastecimento, referente à proteção contra imprevistos que requerem interrupções do fornecimento de energia por longos períodos. A definição geralmente adotada é a que reúne adequação do fornecimento de energia e preço razoável. Com base na concepção de segurança, explica:

A segurança energética estabelece uma conexão entre as questões de segurança *hard security*, ou seja, a proteção do território, recursos naturais, o fornecimento de combustíveis vitais como questões de segurança ampliada *soft security* abrangendo questões de desenvolvimento econômico com questões de sustentabilidade e de meio ambiente de geral. (DHENIN, 2011)

Segundo Siqueira (2010), as preocupações em torno da segurança energética envolvem a atenção quanto à eficiência energética, via autossuficiência e acesso a múltiplas fontes de suprimento de energia, assim com o foco sobre a produção, distribuição e armazenamento, em especial do setor elétrico. Na definição de segurança energética, utiliza a definição de Galvão (2008, apud SIQUEIRA, 2010)

[...] capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infraestrutura energética, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e afirmativas, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema. (GALVAO, 2008 apud SIQUEIRA, 2010).

### 2.3 A CHINA EM FACE DOS DESAFIOS LIGADOS À ENERGIA

Portanto, com base na explanação dos autores acima é fundamental para um país como a China que apresenta um crescimento econômico acelerado e uma demanda por energia cada vez maior tome como prioridade a organização e implantação de um programa que vise garantir o suprimento energético para o crescimento do país. É válido lembrar, que a sustentação política do Partido Comunista Chinês (PCC) vem do crescimento econômico apresentado nos últimos anos, caso a fragilidade energética venha ocasionar uma brusca ruptura no desenvolvimento econômico do país, é provável que Pequim perca o seu principal alicerce que mantém a legitimidade do partido no poder. O outro ponto a se analisar é a relação entre o consumo energético e o meio ambiente.

Para o desenvolvimento da China e suas perspectivas de ascensão como grande potência, tão ou mais grave do que os desafios enfrentados por Pequim na área de ciência e tecnologia ou de acesso a recursos energéticos é a questão da degradação do meio ambiente e dos altos custos econômicos, sociais e políticos que acarreta. Segundo Lyrio (2010), a gravidade do problema ambiental na China estimulou o depoimento do historiador John Fairbank:

“The twentieth century has already seen more man-made suffering, death and assault on the environment than all previous centuries combined. Perhaps the Chinese have finally joined the great outside world just in time to participate in its collapse” (LYRIO, 2010, P.23).



Segundo Lyrio (2010), a China é um país incapaz de viver de maneira harmoniosa com o meio ambiente. Não é somente com o crescimento econômico e consequentemente a grande deterioração da fauna e flora chinesa que faz com que essa visão seja tão aceita atualmente.

De acordo com Lyrio (2010), uma passagem atribuída a Deng Xiaoping e dita durante discurso ao partido comunista chinês em 1981 reflete a posição que o país almejava em relação ao meio ambiente, a passagem é a seguinte: “o homem deve conquistar a natureza e assim liberta-se dela”.

A passagem exposta acima é frequentemente citada como uma evidência que é natural que os governantes chineses, independente da época, são direcionados a uma visão de que somente com a subjugação do ambiente hostil, o país vai alcançar níveis elevados de crescimento econômico.

Entretanto, é um erro relacionar a degradação do meio ambiente e o crescimento econômico somente a China. Os países desenvolvidos europeus, Estados Unidos, Japão e Canadá também apresentaram uma proporção elevada de degradação ambiental, o ponto que está chamando atenção é que a degradação proporcionada pelo crescimento chinês parece estar ocorrendo numa proporção e em uma velocidade acima do normal até mesmo para os padrões apresentados pelos países citados anteriormente.

Segundo Lyrio (2010), a relativa descentralização política levada a cabo por Deng Xiaoping, que permitiu uma maior autonomia as províncias do país é uma das principais causas da negligência do governo sobre temas ambientais. As autoridades provinciais, premidas pela necessidade de alcançar metas ambiciosas de crescimento econômico, operam com bastante liberdade, em contexto de escassa fiscalização do Governo central ou de organizações populares, e tendem a sacrificar considerações e preocupações ambientais que entram em choque com a implementação de grandes projetos. Somente os efeitos ambientais mais imediatos e desastrosos, como vazamentos de grandes proporções, inibem o apetite dos governos provinciais por gerar empregos e renda a todo custo, o que, de resto, não destoia fundamentalmente do processo de desenvolvimento de muitas das nações industrializadas, a começar pela Inglaterra do século XIX (LYRIO, p.69, 2010).

Segundo reportagem da The Economist (2004), 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo são chinesas, e que os custos da degradação ambiental do país já estão na casa de 8% a 12% do produto interno bruto, em termos de impacto da chuva ácida nas colheitas, gastos médicos e hospitalares, horas não trabalhadas por conta de licenças médicas, recursos desviados para fazer frentes a desastres ambientais como enchentes e custos associados a deterioração de recursos naturais (LYRIO, p.67,2010).

Segundo Economy(2004), os problemas ambientais na China são ignorados por décadas, ou mesmos séculos, e têm o potencial de colocar a economia do país no chão. Um dos principais problemas ambientais do país é a questão da poluição das águas (ECONOMY, 2004). Apesar da população chinesa corresponder a 1/5 da população mundial, o país conta com apenas 6,5% das águas próprias para consumo, o que o torna como um dos países que possuem a menor disponibilidade de água potável per capita. Além disso, o país ainda sofre com a qualidade da água disponível para o uso. Embora haja divergência entre os órgãos internacionais e os dados oficiais, segundo dados da agência de notícias Reuters (2007), 1/6 da população chinesa corre o risco diariamente de consumir água que possua algum tipo de contaminação nociva a saúde da população. Entretanto, segundo consultorias europeias e norte americanas, o cenário é muito mais preocupante.

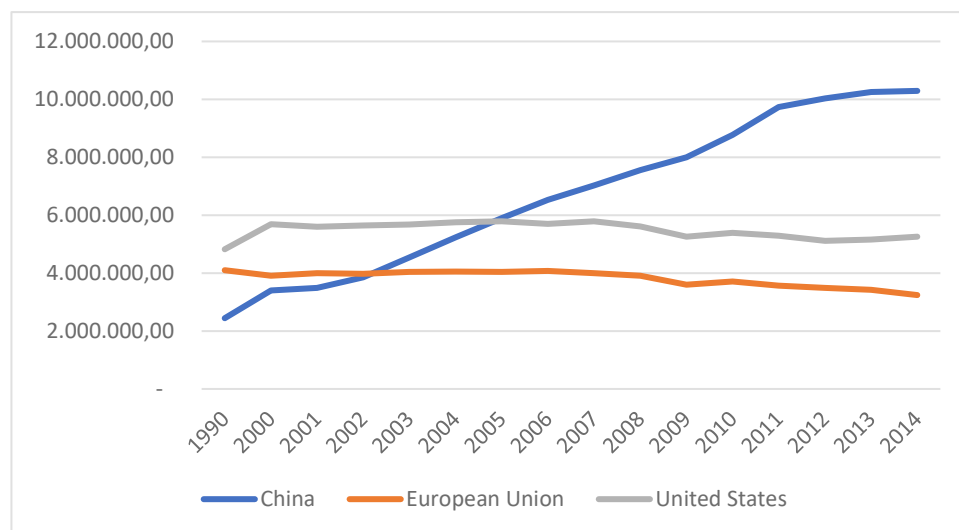
O crescimento dos grandes centros urbanos associado ao crescimento econômico do país fez com que não houvesse um planejamento do governo chinês da infraestrutura desses grandes centros urbanos. Segundo Lyrio(2010), estima-se que somente 50% do esgoto é tratado nas cidades, e que cerca de 70% das águas em cinco das sete maiores bacias hidrográficas que abastecem as grandes cidades esteja de alguma forma contaminada. Ainda segundo Lyrio(2010), a China precisa investir cerca de US\$ 48 bilhões para a construção de cerca de 10 mil novas usinas de tratamento de água para melhorar a situação hídricas do país.

Outro problema ambiental que impacta seriamente o país e que tem ligação direta com o consumo das fontes energéticas é a questão da poluição do ar. Em grande medida, os baixos índices da qualidade do ar nos grandes centros urbanos chineses devem-se a matriz energética majoritariamente ser composta pela queima de carvão. Associado ao uso do carvão, os setores da construção civil, indústria pesada e o aumento do consumo dos automóveis pela população contribuiu para queda acentuada da qualidade do ar. O ex Primeiro Ministro Zhu Rongji, apreciado por seus interlocutores estrangeiros pela franqueza com que se manifestava, declarou, em 1999, que, se trabalhasse em Pequim morreria cinco anos antes do que o destino lhe teria reservado originalmente (LYRIO, 2010).

No ano de 2002, a agência chinesa de administração estatal da proteção ambiental avaliou que a qualidade do ar em quase 75% das cidades chinesas não correspondia aos parâmetros mínimos adotadas pela Organização Mundial da Saúde para determinar se a qualidade do ar é boa para a respiração da população. Segundo dados da agência americana de energia, no ano de 2007, a China foi a segunda maior emissora de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) do mundo, correspondendo a 17% das emissões mundiais, e segundo as estimativas da agência passaria os Estados Unidos no começo do ano de 2020. Não somente estava correta a estimativa

da agência, mas como também as demonstrações mostram que a China já emite uma quantidade de CO<sub>2</sub> maior do que as emissões combinadas de Estados Unidos e União Europeia. Na figura 2, é possível analisar a evolução da emissão de CO<sub>2</sub> pela China.

Figura 2: Emissão de CO<sub>2</sub> em toneladas durante o período de 1990-2014.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do World Bank Data

O outro problema ambiental relacionado a rápida industrialização e o crescimento econômico é a questão da emissão de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) na atmosfera. Os grandes emissores de SO<sub>2</sub> no país originam-se em seis setores chaves responsáveis por cerca de 67% das emissões no ano de 2009, são eles: eletricidade, ferro, aço, cimento, petróleo, metais não ferrosos e o consumo de carvão (SCHREIFELS; FU; WILSON, 2012).

Na maioria das grandes cidades chinesas, o SO<sub>2</sub> constitui cerca de 20-35% das partículas encontradas no ar. Segundo Schreifels, Fu e Wilson (2012), a alta concentração de SO<sub>2</sub> ocasiona sérios problemas de saúde na população, estima-se que durante o período de 2000 a 2009, cerca de 280 mil mortes de crianças aconteceram de forma prematura devido a poluição do ar, além disso, a poluição também é responsável por cerca de 680 mil casos de bronquite crônica, esses problemas causam um prejuízo anual de cerca de US\$ 29,2 bilhões anualmente (SCHREIFELS; FU; WILSON, 2012).

Além disso, o dióxido de enxofre também contribui para ao aumento da acidez no solo do país causando uma severa queda produtiva da agricultura regional. Em 2004, o Ministério de proteção ao meio ambiente chinês, estimou que os custos econômicos da presença de enxofre no solo custam anualmente aos cofres do país cerca de US\$ 13 bilhões.

As pressões sobre os governos locais têm crescido em todas as esferas possíveis devido a rápida deterioração das condições ambientais do país. Nas esferas superiores, a descentralização promovida por Deng Xiaoping começa a ser questionada pelo Governo central

e pelo próprio PCC no que tange ao assunto do meio ambiente, ambos acreditam que o Governo central precisa adotar uma postura mais energética nesse assunto evitando o descontentamento da população. Nas esferas abaixo dos governos provinciais, as ONGs chinesas têm alavancado a pressão sobre os governos, essa pressão pode ser observada através do aumento de protestos em decorrência de desastres e processos de degradação ambiental.

Segundo Lyrio (2010), os problemas relacionados ao meio ambiente seriam a segunda maior causa de manifestações populares na China, atrás apenas dos conflitos em torno de desapropriações de terras. Pequim começa a dar maior atenção ao tema pela percepção crescente de que os custos ambientais não são apenas sociais, mas também e cada vez mais econômicos, a ponto de o Governo central ter desenvolvido uma metodologia de cálculo de PIB ambiental (“Green GDP Indicator”) para avaliar os custos da degradação ecológica (LYRIO, 2010).

Além disso, durante a elaboração do XI Plano Quinquenal (2006-2010), o Governo já considerou como ponto central uma política de desenvolvimento econômico sustentável, e que a produção econômica do país deve enfatizar a qualidade, não apenas a quantidade. Ainda segundo o XI Plano Quinquenal, a China deve estipular metas para a redução do consumo de energia por unidade do Produto Interno Bruto (PIB), de redução do total de emissão de poluentes, de aumento da cobertura florestal do país e de aumento da eficiência no uso agrícola e industrial da água. Segundo Lyrio(2010), as metas estipuladas pelo Governo chinês são ambiciosas e difíceis de serem alcançadas no curto e médio prazo, mas o fato de indicar o reconhecimento por parte de Pequim dos problemas ambientais que o país passa, já indica que em um horizonte próximo mudanças importantes podem ocorrer.

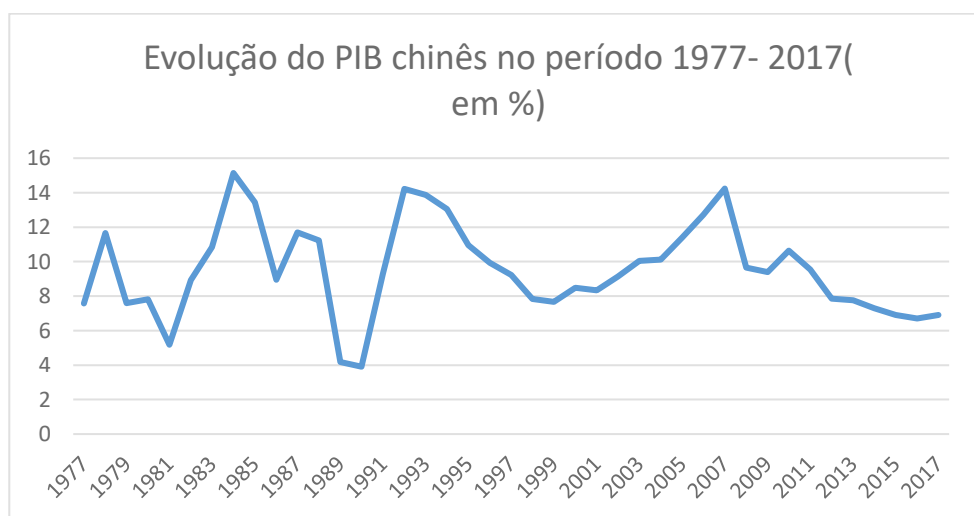
O grande obstáculo a avanços no setor, é de fato, a impossibilidade de conciliar, nas condições atuais, uma política de crescimento muito acelerado, julgada necessária pelo PCC para evitar crises sociais e políticas no país, com um grau razoável de proteção do meio ambiente chinês. Expectativas de que a China possa adotar a curto prazo tecnologias majoritariamente limpas na área industrial ou levar a cabo uma ampliação do consumo baseada num salto direto para a universalização de bens ambientalmente adequados, como carros “ecológicos” pouco poluentes, parecem subestimar a natureza e o alcance do desenvolvimento econômico chinês de hoje. A necessidade de tirar da pobreza centenas de milhões de cidadãos num país em que a renda *per capita* ainda é pouco maior que US\$ 1 mil anula em grande medida estratégias que implicam um horizonte de preocupações de mais longo prazo, como um projeto de desenvolvimento efetivamente sustentável com um ritmo de crescimento menos acelerado (LYRIO, 2010).

### 3: O PROCESSO DE REFORMA ECONÔMICA CHINESA E SEU PAPEL IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS.

A história não deixa de apresentar certa ironia de tempos em tempos. É fato que a China possui um arcabouço histórico impressionante, o país milenar que outrora foi uma grande potência na antiguidade, encontrou-se por mais de duzentos anos subjugada pelas potências econômicas europeias que saíram na vanguarda do processo de revolução industrial. Esse fato foi determinante por mitigar os métodos tradicionais da produção chinesa em detrimento do novo padrão produtivo mundial. Após duzentos anos, o país que sofreu fortemente por essa mudança produtiva tornou-se um dos principais centros produtivos do mundo, e responsável por alavancar a economia mundial.

Não foram somente as últimas três décadas que revelaram ao mundo o potencial econômico chinês ao mundo. Na figura 3, é possível observar que desde as reformas econômicas propostas por Deng Xiaoping, o produto interno bruto do país cresceu a uma média de 9,5% até 2008, essa média equivale a três vezes mais a taxa média estadunidense. Entretanto, se analisarmos os trinta anos precedentes as reformas ocorridas na China, é possível observar que o crescimento do produto chinês esteve em torno de uma média de 6% ao ano, o que já permitia ao país apresentar um bom desempenho econômico mesmo com os excessos provocados pelo Maoísmo no país. Não é surpreendente que a estabilidade política apresentada após a era Maoísta tenha permitido a China desenvolver condições para ampliar de forma significativa o crescimento econômico do país.

Figura 3: Evolução do PIB chinês no período de 1977-2017 em %



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do World Bank data

O desenvolvimento socioeconômico chinês é evidente nos últimos anos. O país que apresentou diversas dificuldades na década de cinquenta do século XX nos âmbitos sociais e

econômicos, em menos de 40 anos após as mudanças estruturais proporcionadas na década de 1970 fez com que o país liderasse os indicadores de crescimento econômico nas últimas décadas, além disso, o país que possui uma parcela significativa da população vivendo no meio rural vem sofrendo um forte fluxo migratório para os centros urbanos, o que possibilitou a parcela expressiva da população chinesa uma melhora nos padrões de vida, e consequentemente, dos indicadores sociais do país. Esses fatores associados contribuem com uma imagem de uma China renovada e pronta para assumir o posto de potência hegemônica mundial.

Entretanto, para entender o processo que levou a China a esse desenvolvimento acelerado, e a posição de postulante a liderança mundial nas últimas décadas, são necessários compreender os fatores internos e externos que possibilitaram o êxito deste processo.

O capítulo discorrerá sobre as determinantes internas e externas da evolução chinesa desde do processo das reformas estruturais até os dias atuais, posteriormente analisará as mudanças estruturais recentes que o país passou, no que tange ao desenvolvimento industrial focado intensamente nas indústrias de base, urbanização e militarização. Os entendimentos desses pontos tornam-se fundamentais para entender a estratégia do país em expandir suas áreas de influência pelo mundo com o objetivo de garantir o crescimento econômico pelas próximas décadas. Para Nonnemberg (2010, p.3), “houve uma coincidência de fatores geográficos, históricos, políticos e econômicos, que não podem ser replicados em outros países ou outras ocasiões ainda que a experiencia chinesa ofereça lições importantes”, como será exposto a seguir.

### 3.1- FATORES INTERNOS: AS TRANSFORMAÇÕES POLITICO-ECONÔMICAS CAPITANEADAS POR DENG XIAOPING INICIADA EM 1978, E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO CHINÊS.

O processo de transição econômica chinesa no final da década de 1970 do século passado esteve inserido em uma conjuntura econômica e política proporcionada pelo período da revolução cultural do governo de Mao Tse-Tung, cujo governo esteve marcado fortemente pela repressão aos opositores do regime, aumento da burocracia estatal e instabilidade econômica. Esses fatores contribuíram para a formação de uma nova coalização de forças dentro da elite do Partido Comunista Chinês voltada a renovação política e econômica do país, a nova coalização era liderada por Deng Xiaoping.

Ao assumir o controle político do país em 1978, Deng Xiaoping divulgou o programa de reformas que foi nomeado como as “Quatro Modernizações”, que promoveriam no país um conjunto expressivo de transformações econômicas, sociais e políticas. A transformação chinesa se caracterizou de duas maneiras: A primeira, por apresentar um forte controle estatal nas áreas que seriam afetadas pelas mudanças, e em segundo lugar, por uma estratégia de abertura econômica gradual, que transformaria todo o aparato econômico do Estado. Para Lyrio (2010):

O que chama a atenção no acelerado crescimento econômico chinês é o êxito, ao menos até o momento, de um estilo de reformas sempre tentativo e incremental, que, por seu efeito cumulativo, acabou por transformar o país de maneira profunda no intervalo de apenas três décadas (LYRIO, 2010, p.40)

O programa das quatro modernizações consistia em reformar as áreas da indústria, agricultura, forças armadas e tecnologia. Na área das reformas industriais, a primeira providência adotada pelo governo foi a autorização dada as empresas estatais nacionais para a venda do excedente produtivo ao mercado. Segundo Claro (2003, apud LEÃO, 2012), isso ocorreu de forma paralela à liberalização gradual dos preços, ampliação do crédito público e maior controle da produção ao longo da década de 1980. Concomitantemente, as estatais que não pertenciam a setores estratégico- alta tecnologia e infraestrutura, por exemplo- sofreram uma reestruturação que permitiu uma maior autonomia a essas indústrias.

Já as empresas intensivas em capital ou voltadas a exportação de produtos foram privilegiadas com a abertura comercial incentivada pelo governo. Paralelamente a esta política, houve a flexibilização do acesso aos mercados globais de crédito. Tais políticas contribuíram para o crescimento econômico do país.

Este fato foi responsável por atrair ainda mais o interesse estrangeiro na China. Observando o potencial econômico de uma parceira ainda mais intrínseca entre o capital privado e o Estado, o PCC criou as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para atrair o capital estrangeiro em setores considerados de extrema importância para o planejamento estatal do país. Este tópico será explorado mais a fundo no próximo capítulo.

É importante ressaltar, que associadas as políticas citadas acima, o PCC implementou um programa de incentivo à produtividade do trabalhador. Na visão do líder chinês Deng Xiaoping, era necessário a construção de um sistema de bônus para recompensar o mérito, competência e sobretudo, o resultado, afastando todo e qualquer critério de natureza ideológica (BACHMAN, 2009, P.305).

Há a questão das privatizações em que o Governo chinês propôs no programa das “Quatros Modernizações”. O que geralmente ocorre é uma confusão que as privatizações são características de governos, cuja receita nos remete a formulas neoliberais, entretanto, segundo Arrighi(2008) , as privatizações não foram feitas de forma rápida e inconsequente, o Estado ditou como todo processo aconteceu, nas palavras do autor:

A desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas[...]. O papel do governo chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas zonas de processamento de exportações (ZPEs), na expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável (ARRIGHI, p. 362, 2008 apud MENDONÇA, 2009).

No campo da agricultura, o planejamento e a execução do programa de governo visou alterar a dinâmica produtiva por meio da abolição do sistema de comunas agrícolas no país. Segundo Arrighi (2008, p.366) essa medida estabeleceu um “sistema de responsabilidade” no qual pela primeira vez os camponeses podiam reter para si parte dos lucros, e comercializar no mercado parte da produção, que anteriormente ficava sob o controle rígido estatal.

Concomitantemente, o governo influenciou o mercado de produtos primários de duas formas: a primeira, a liberação gradual do mercado favoreceu o aumento de preço dos produtos oriundos desse setor. A segunda medida foi a criação de um intenso programa voltado a modernização dos insumos agrícolas. Essa medida foi influenciada pela abertura econômica proporcionada pelo governo, que possibilitou o financiamento desse programa através do capital estrangeiro. Segundo Leão (2012), a partir do fortalecimento das medidas citadas, as cooperativas rurais-conhecidas como *Township and Villages Enterprises*, que além de produzir bens primários, também produziam manufaturas leves. Essas cooperativas foram aos poucos ganhando destaque a partir da década de 1980 do século XX, torando-se um dos principais interesses do capital estrangeiro.

A estratégia do governo chinês para a área de ciência e tecnologia foi criação do órgão estatal chamado *Science and Tecnology Leading Group*, que ficou encarregado em criar programas para incentivar e acelerar o processo de inovação dentro das empresas sob o controle estatal. O processo de mudança ocorreu, principalmente, com a maior flexibilidade dada as empresas estatais na gestão gerencial e no incentivo a geração de centros de pesquisa e desenvolvimento(P&D) por todo o país. Com o sucesso apresentado dentro das empresas estatais, o PCC gradualmente permitiu que as empresas privadas participassem do programa

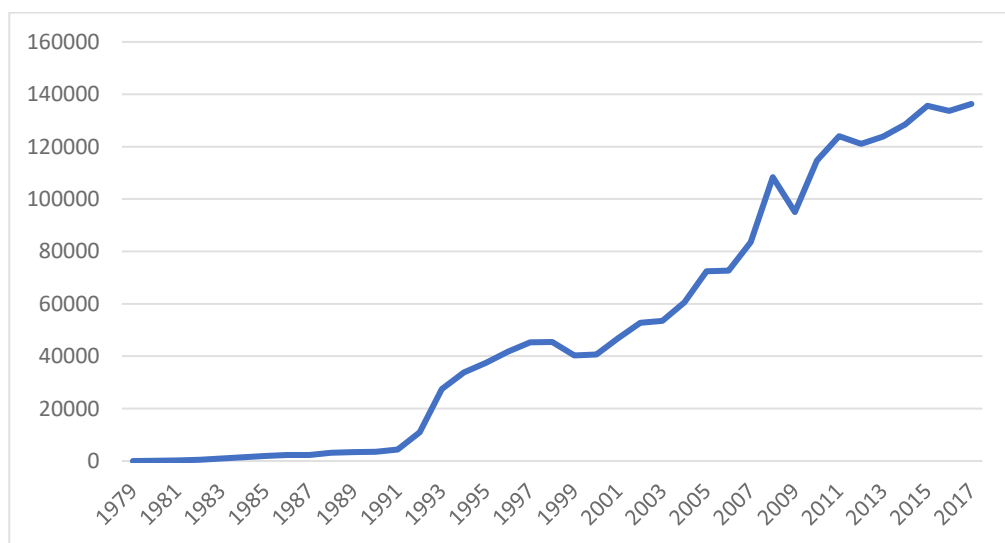


promovido pelo governo, a aproximação das empresas e do Estado permitiu que novos incentivos financeiros advindos da abertura econômica fossem direcionados para investimentos em P&D.

Além disso, a aproximação do Estado com empresas privadas, principalmente empresas norte-americanas e japonesas, estimulou o PCC a desenvolver programas de caráter tecnológico visando dois objetivos: i) absorver as técnicas de produção e administrativas estrangeiras, disseminando-as tanto para o parque industrial, como para as próprias instituições de pesquisa; e ii) melhorar o ambiente de atuação das indústrias de alta tecnologia( Saich, 1989; Zonchain, 2006, apud LEÃO, 2012).

Os resultados positivos dos programas instaurados durante a década de 80 começaram a surgir em meados dos anos de 1980 com um crescimento maciço dos investimentos em P&D na China conforme mostra a figura 4.

Figura 4: Evolução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento chinês em milhões de US\$ a preços correntes do ano 2017.



Fonte: Unctad (2017)

Por último, a reforma proposta pelo PCC no campo militar foi a reformulação de cinco pontos estratégicos: modernização dos equipamentos militares, redefinição do papel das forças armadas dentro da sociedade chinesa, reorganização administrativa, reformulação e criação de novas forças militares e criação de uma nova doutrina militar. O primeiro elemento do programa de modernização das forças armadas chinesas consistia na equiparação material em relação aos adversários mundiais, em especial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos. O segundo elemento do programa, consiste em mudar certos aspectos da capacidade física do exército, mediante, por exemplo, o aumento do número de recrutas bem treinados, e redefinir a relação entre os militares e a sociedade civil em tempos de paz. O terceiro

elemento do programa, consiste na reestruturação do modo de organização, treinamento e educação do sistema militar. O quarto ponto do programa teve, de um lado, a função de repensar a composição, o tamanho e a dispersão geográfica do exército e, de outro, o objetivo de renovar boa parte da liderança militar e do pessoal de combate. Por fim, o último ponto diz respeito à modernização doutrinária do exército, tanto no campo estratégico, como no campo tático, cuja meta era redefinir a forma de enfrentar e derrotar o inimigo. (ROBINSON, 1982, apud LEÃO, 2012).

Analisando o que foi exposto no texto acima fica evidente que as reformas elaboradas por Deng Xiaoping pavimentaram a trajetória acelerada de crescimento chinês mostrado após esse período. Segundo Wei-Wei Zhang (2010), o segredo do sucesso das reformas chinesas foi o exato planejamento das ordens e prioridades que o governo deveria adotar, as reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes das cidades do interior do país, reformas econômicas antes das reformas políticas. Todas essas mudanças estavam dentro de um quadro de experimentalismo e gradualismo com paulatina reincorporação de elementos de competição. Segundo o autor, os demais princípios que nortearam as reformas pós-Mao foram:

1. Maior atenção as aspirações da população chinesa;
2. Pragmatismo, baseado no lema de Deng Xiaoping em buscas as verdades a partir dos fatos e de alcançar resultados tangíveis;
3. Recusa de fórmulas genéricas e atenção as condições locais;
4. Experimentação constante e primeiro em pequena escala;
5. Gradualismo com aplicação de soluções locais antes do uso em outros contextos;
6. Recusa em usar terapias de choques e aproveitamento das instituições existentes, embora imperfeitas, por meio de reformas e reorientação de seus objetivos e métodos;
7. Ênfase do Estado nas questões relativas ao desenvolvimento e na experiência estrangeiras, com base na longa tradição chinesa de “apropriação seletiva” (Lyrio, 2012, p.40-41).

Segundo o Wei-Wei (2006), não é exagero chamar os pontos acima como um “consenso de Pequim” em detrimento ao “consenso de Washington”; para o autor, “o que fez a experiencia chinesa tão especial é que Pequim soube administrar seu próprio espaço político para quando, onde e como adotar as ideias estrangeiras”.

Além dos pontos discorridos acima, é importante ressaltar o papel que o cenário externo teve como impulsionador do crescimento chinês, e como a criação das Zonas econômicas especiais contribuíram de forma decisiva para salto econômico das últimas décadas.

### 3.2 FATORES EXTERNOS: O PAPEL DA ABERTURA COMERCIAL PARA O CRESCIMENTO ECONOMICO CHINES E A IMPORTANCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS PARA A CRIAÇÃO DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS.

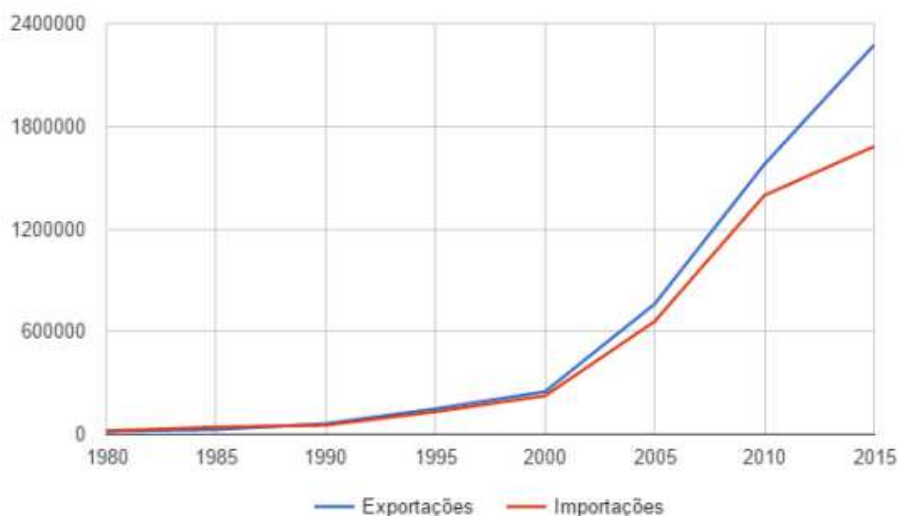
A abertura econômica ao comércio exterior foi um dos principais pontos defendidos pelo programa de modernização de Deng Xiaoping. O governo chinês antes da reforma possuía diretrizes rígidas no que tange ao comércio exterior, o Estado controlava a produção, comércio e somente as empresas públicas gozavam de autorização para vender o excedente produtivo para o exterior. Com as reformas, o governo flexibilizou quem poderia vender o excedente da produção, como os agricultores.

Além disso, os controles sobre as importações foram substituídos por elevadas tarifas aduaneiras e o sistema de planejamento das importações deu espaço a barreiras não tarifárias tradicionais a partir do início da década de 1980. Tanto as tarifas aduaneiras quanto as barreiras não tarifárias foram diminuindo gradualmente ao longo dos anos a partir do final da década de 1990. As medidas de liberalização do comércio exterior foram aceleradas com vistas ao seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), efetivada em dezembro de 2001 (NONNENBERG, 2010 apud BOHRER, 2017).

O ingresso na OMC, permitiu a China impulsionar ainda mais a sua abertura comercial. Na figura 5 é possível observar o crescimento das exportações e importações do país com o restante do mundo durante o período de 1980 à 2015. Comparando as décadas de 1980 e 1990 do século passado, o país apresentou um aumento das exportações na faixa de 343%, e as importações na faixa de 267%. O fenômeno de crescimento comercial é contínuo em todo o período analisado.

Um ponto importante a ser destacado é saber quais os produtos que a China importa do resto do mundo. Apesar de contar com uma matriz industrial sofisticada, o país depende essencialmente da importação de commodities para a manutenção do seu crescimento econômico, este assunto será melhor apresentado no decorrer do trabalho, mas demonstra um dos principais gargalos estruturais que o crescimento econômico chinês apresenta para os próximos anos.

Figura 5: Exportações e importações totais chinesas, 1980-2015(em US\$ milhões).



Fonte: World Trade Organization(2017)

Tabela 1: Principais produtos importados pela China em 2016(em milhões de dólares)

Principais produtos importados pela China no ano de 2016(em milhões de dólares)	Valores
Circuitos eletrônicos	228 285
Petróleo	116 661
Ouro	63 985
Minérios de ferro e outros recursos metálicos	58 033
Motor de carros para transporte	44 005

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do World Bank Data (2017)

Em paralelo às transformações políticas e econômicas chinesas, o processo de crescimento chinês se beneficiou do novo quadro geopolítico mundial, principalmente durante o início da década de 1970 com a aproximação do governo de Richard Nixon (1969-1974) e o governo de Mao Tse Tung.( LEÃO, 2012)

Com a escalada das tensões ocorridas durante a guerra fria no início da década de 70, o governo Nixon procurou auxílio chinês, devido a sua influência na região para auxiliar os estadunidenses em encontrar as melhores saídas diplomáticas para a região, sem o risco de um escalada militar, em contrapartida, o governo chinês como recompensa pelos serviços prestados aos Estados Unidos, beneficiaram-se de importantes concessões de incentivos econômicos e de financiamento. Para efeito de análise, a China conseguiu durante esse período importantes

canais oficiais de financiamento norte-americanos, o selo de nação mais favorecida (NMF) e teve seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU) aprovado.

Entretanto, não foi somente a aproximação com os Estados Unidos que beneficiou a China durante o período, após a segunda guerra mundial, o leste asiático tornou-se um ponto essencial na questão geopolítica mundial. Através do plano Marshall, os Estados Unidos procuraram incentivar o crescimento do Leste asiático, para isso a reconstrução do Japão, era crucial para estimular o país como sendo o epicentro do centro financeiro e econômico dentro da Ásia. O apoio norte-americano ao Leste asiático foi em termos de ajuda financeira para a industrialização da região e modernização tecnológica. Associado a essa ajuda, houve o fortalecimento comercial entre a região e os Estados Unidos, principalmente, com a abertura do mercado norte americano para os produtos japoneses.

Com o apoio estadunidense, o Japão apresentou altas taxas de crescimento a partir da segunda metade da década de 1960, o alto crescimento japonês proporcionou uma forte descentralização das suas atividades industriais nos países vizinhos. “O fato central sobre essa expansão transnacional é ter consistido fundamentalmente na reprodução ampliada do sistema japonês de subcontratação em múltiplas camadas (...)” (op, cit.;21 apud LINS, 2005), um modelo sem paralelo no Ocidente, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, os “quatro tigres”, participaram intensamente dessa dinâmica, que envolvia diversos níveis de subcontratantes( primários, secundários, terciários e assim por diante, chegando a uma camada inferior,, com domicílios envolvidos em operações muito simples( LINS, 2005).

Segundo Lins (2005), desde dos anos 1980, tanto o Japão quanto, sobretudo, os “tigres asiáticos” passaram a investir pesadamente em alguns países da ASEAN (sigla em inglês para a Associação das Nações do Sudeste Asiático), na Tailândia em primeiro lugar. Nos anos 1990, sobretudo a China, mas também o Vietnã, tornaram-se destinos prioritários, tendo a primeiro passado a figurar com grande destaque nas rodadas de investimentos externos testemunhados no “arquipélago asiático”. Todavia o surto chinês não era, como não é até hoje, caracterizado somente por investimentos oriundas da própria da Ásia, pois a presença de grandes interesses ocidentais tem sido flagrante. De qualquer modo, a diáspora chinesa, intensificada pela entronização do PCC na China continental na virada da metade do século XX- levando numerosos empresários a se deslocar para áreas vizinhas, principalmente Hong Kong-, foi decisiva depois que as reformas começaram, já que boa parte do capital introduzido no país como investimento externo vinculou-se aos agentes nela envolvidos ( LINS, p.58, 2005).

Portanto, é possível observar que a aproximação norte americana no continente asiático visando uma mudança na geopolítica da região foi um dos fatores responsáveis pelo

desencadeamento do crescimento econômico do Japão e dos Tigres Asiáticos. O crescimento econômico desses países atraiu a atenção das empresas nacionais para direcionar os investimentos em direção a China devido a sua posição geográfica, benefícios fiscais com as reformas propostas por Deng Xiaoping e o baixo custo da mão de obra. Os investimentos direto estrangeiros proporcionaram um ambiente favorável para a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que modificou fortemente a estrutura econômica do país.

Segundo Lins (2005), o surgimento das ZEE majoritariamente na região costeira deve-se a:

Com a abertura da econômica chinesa nas últimas décadas, o influxo de capital proveniente da própria Ásia Oriental, majoritário nos investimentos externos diretos- para não falar dos ingressos na forma de empréstimos e auxílios-, orientou-se quase naturalmente as zonas costeiras. Isso se verificou especialmente no sudeste do país, em locais onde são mais fortes as relações ancestrais com os chineses que vivem no exterior. A criação pelo governo, em províncias costeiras, de Zonas econômicas especiais só fez galvanizar essa tendência de localização, pois tal iniciativa influenciou as decisões locacionais sobre os investimentos, inclusive os realizados pelas empresas ocidentais (LINS, 2005)

O estímulo a criação da primeira ZEE, em 1979, na província de Guangdong, é reflexo da observação do PCC aos bons resultados econômicos apresentados pela província, em grande medida, o crescimento econômico da província estava associado a proximidade com Hong Kong, que apresentava altas taxas de crescimento no período. O governo de Deng Xiaoping estabeleceu essa província como um laboratório para a implementação de certas políticas comerciais distintas as que estavam em vigor no país e que eram por si só muito mais rígidas do que comparadas as que foram implementadas em Guangdong. Segundo o plano do governo chinês, as ZEEs seriam alimentadas com capital externo, e os produtos manufaturados por essas empresas deveriam ter como destino as exportações.

Figura 6: Localização das Zonas Econômicas Especiais



Fonte: Wikipédia (2018)

As grandes vantagens promovidas pelo governo chinês para incentivar as empresas estrangeiras a se instalarem nas ZEEs são: benefícios fiscais, liberdade cambial, facilidades logísticas e portuárias, além da autonomia administrativa e de financiamentos concedidos pelo Estado chinês. As fabricas instaladas nas ZEEs recebem terrenos e edificações; localizam-se ao lado de fornecedores e de outras industrias semelhantes, além de centros de pesquisa, incubadoras de empresas, laboratórios de ponta, infraestrutura de energia e transporte (NONNENBERG et al, 2008; OLIVEIRA, 2008, apud BOHRER, 2017).

Como resume Marti (2007), “as ZEEs foram concebidas para atrair investidores estrangeiros que, em troca, introduziram na China, as tecnologias e métodos modernos de administração com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de dividas encorajados por venda sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia” ( MARTI, 2007, p.10).

Uma questão importante a ser ressaltada sobre o surgimento das ZEEs foi a adoção de um regime dual de câmbio, baseado na existência de um câmbio oficial, administrado como uma taxa flutuante, e um “mercado de swaps”, com favorecimento as empresas situadas nas zonas especiais e as empresas voltadas à exportação. Assim as empresas situadas nas ZEEs, além de possuírem benefícios com isenção de tarifas, também possuíam liberdade cambial. Já as empresas que não se encontravam sob o regime das ZEEs, subordinavam-se à política

chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno (MEDEIROS, 1999, apud FERREIRA, 2008).

Com o surgimento das ZEEs, associados a política cambial e industrial chinesa contribuiu para a consolidação de um ambiente favorável as exportações como foi mencionado no começo dessa seção. O aumento das exportações contribuiu para a entrada dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IED) para o país.

Segundo Basso (2016), o IED chinês evoluiu aos poucos a partir das reformas de 1978. Inicialmente, eram cautelosos e regulamentados pelo Estado, e apenas empresas estatais selecionadas eram permitidas. A partir de 1986, o governo passou a encorajar ainda mais a internacionalização das empresas, principalmente as empresas que estimulasse as exportações chinesas e que suprissem necessidades de recursos naturais do país. Durante a década de 90 do século XX, o IED chinês expande-se mais, e é incluído na estratégia de desenvolvimento socioeconômico do país, apesar do crescimento em praticamente toda a década de 90, há uma queda significativa dos IED durante a crise financeira do continente asiático e que enfraqueceram o fluxo de financiamento externo à China. Em 2000, o governo lançou a estratégia do “Going global” que, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (2012)

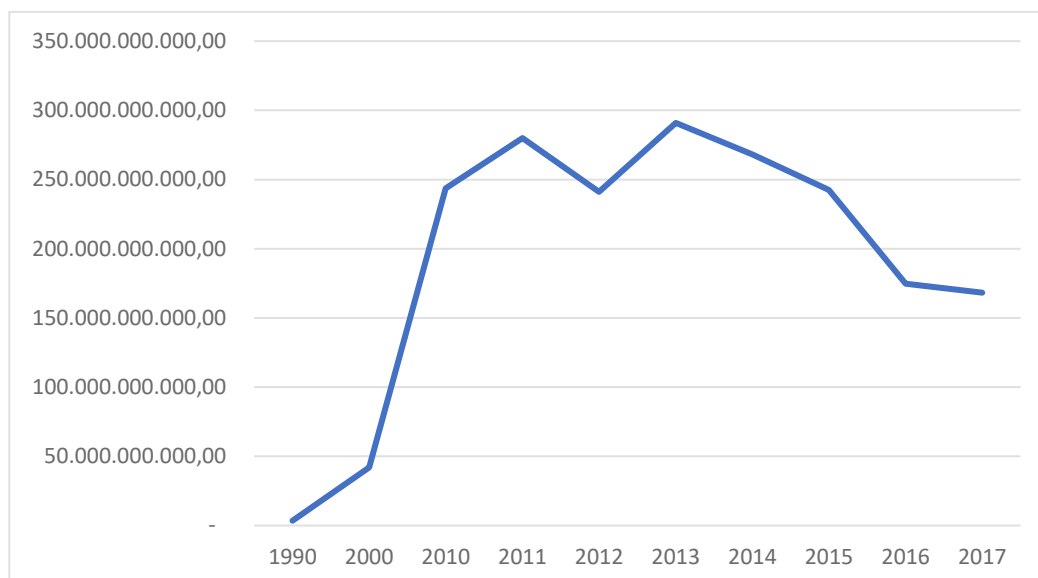
Promoveu e apoiou a internacionalização de empresas chinesas por meio de políticas favoráveis aos investimentos no exterior, [...] como: descontos de imposto de exportação, assistência de câmbio e apoio financeiro direto, particularmente em atividades de comércio que promovessem as exportações de matérias-primas, máquinas e equipamentos, e em setores de indústrias leves como têxteis (CEBC, 2012, p.26).

Segundo Basso (2012), em 2002, apenas companhias estatais eram possibilitadas de realizar investimentos no exterior, este cenário mudou no começo do ano 2003, quando o governo chinês permitiu que as empresas privadas também usufríssem dessa possibilidade (BASSO, 2016). No decorrer dos anos, o fluxo de IEDs para a China cresceu vertiginosamente, principalmente, com o reforço da política “Going Global” chinesa, que tinha como objetivo aumentar a competitividade das empresas e da economia chinesa como um todo (CEBC, 2012, p. 26 apud BESSA, 2016).

Conforme a figura 7, é possível observar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos durante 1990 a 2017.



Figura 7: Fluxo de investimento direto estrangeiro em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da UNCTAD (2018)

Analisando o gráfico acima, é possível observar que no ano de 1990 o fluxo de IDE direcionados à China ficou em torno de US\$ de 3 milhões. Já nos anos 2000, o volume ficou em torno, aproximadamente, na casa de US\$ de 50 milhões. Durante toda a primeira década do século XXI, o fluxo de investimentos diretos apresentou um expressivo crescimento sofrendo uma abrupta queda a partir da crise de 2008.

É importante ressaltar que após a entrada do país na OMC, em dezembro de 2001, o ciclo de inserção chinesa nas cadeias produtivas globais se intensificou ainda mais, e com isso, o fluxo IEDs. Os Estados Unidos configuram-se com um dos principais parceiros comerciais da China, representando um mercado essencial para as mercadorias produzidas pela China, as principais exportações chinesas são: sapatos, têxteis, produtos eletrônicos de baixo valor unitário, entretanto, cada vez mais, os produtos com alto valor agregado estão ganhando espaço dentro do mercado norte americano.

Além disso, nos últimos anos, o crescimento econômico do Leste Asiático, em grande medida, puxado por Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Japão favoreceu o crescimento do comércio bilateral entre esses países e a China. Segundo Medeiros (2004), a China encontra-se em um polo duplo. O primeiro polo representa a China como base manufatureira, atraindo fluxos de investimentos de grandes corporações multinacionais americanas, japonesas e europeias, que encontram na China uma base produtora de bens eletrônicos de consumo. O outro polo representa uma China que possui um amplo mercado interno e que por isso centraliza importações advindas do próprio Leste Asiático, atraindo grandes companhias, principalmente

da área de TI (tecnologia da informação), que veem na China um centro industrial dinâmico e cada vez mais moderno (MEDEIROS, 2004).

Com base no exposto neste capítulo, é possível observar que o crescimento econômico chinês foi fruto de fatores internos e externos, que foram fundamentais para a consolidação do país como um protagonista na economia mundial. Entretanto, o crescimento chinês apresenta inúmeras limitações, dentre elas, a questão energética, que nas últimas décadas ganhou espaço devido a seu caráter vital para o fomento das indústrias chinesas.

Entender os gargalos energéticos que o país sofre, e as soluções que o governo chinês vem tentando implementar como forma de amenizar o problema serão temas abordados no próximo capítulo deste trabalho.

#### **4. O PAPEL DA POLÍTICA ENERGÉTICA CHINESA PARA O CRESCIMENTO NACIONAL.**

Na história do capitalismo, os países que estão na vanguarda do poderio econômico, militar e político realizam grandes esforços para garantir o suplemento energético para as matrizes econômicas nacionais. A garantia energética é um passo fundamental para a consolidação de poder por um país. No ponto de vista político, social e econômico, a segurança energética é um dos principais problemas enfrentados por todos países que almejam alcançar a hegemonia mundial.

Considerando a competição entre os países e o comportamento do Estado, a energia é um fator crucial na distribuição de poder pelo mundo. Pelo fato de ser necessária para a existência de um Estado, aqueles países com maior controle sobre a mesma terão uma maior vantagem de poder no sistema internacional (KERR, 2012, P.19, 20, 355 apud STEEVES, 2016).

Com a China não é diferente, o crescimento econômico acelerado, rápida urbanização, melhora do processo produtivo voltado as exportações e a mudança dos padrões de consumo da população nacional proporcionaram nos últimos anos, um aumento crescente da demanda do país por petróleo e gás natural. Em 1980, a China era o maior exportador de petróleo do Leste Asiático.

Atualmente, ela se encontra como a segunda maior importadora de petróleo bruto e seus derivados. Com a transformação do país na “manufatura do mundo”, a demanda por energia elétrica e materiais primas cresceu muito nos últimos anos. O consumo das principais matérias primas para a indústria: alumínio, níquel, ferro e cobalto quase que triplicou nos últimos anos; em 1990, a participação chinesa no consumo mundial das respectivas matérias primas eram em torno de 7%, no ano de 2005, foi constatado que o valor foi de 20%, e segundo as previsões da IEA( 2015), a tendência que essa taxa dobre até o fim desta década. Além disso, as estimativas preveem que o crescimento econômico chinês vai se manter por vários anos, e tamanho crescimento vai implicar em sérias questões para a segurança energética do país, e consequentemente, para as ações de políticas internas e externas.

Segundo Stevens (2012), a responsabilidade pela política energética da China é dividida entre várias comissões e sobrepõe-se a considerações sociais, industriais e geopolíticas. O governo controla o setor de energia nacional através da comissão de Desenvolvimento e Reforma nacional e local (IEA, 2007 apud Stevens 2012). Entre muitos mandados governamentais para a conservação de energia, estão a Lei de conservação de energia, promulgada em 1998, para descrever o uso adequado dos recursos energéticos e promover a

tecnologia de economia de energia. Em 2004, o governo chinês lançou o plano de médio e longo prazo de conservação energética cujo os objetivos são de melhor eficiência energética específicos para a indústria, transporte e construção (IEA, 2007b, p. 275 apud Stevens).

A China direciona os seus planos políticos, econômicos e sociais através dos Planos Quinquenais, dos últimos planos Quinquenais divulgados pelo governo, o 12º Plano (2011-2015) merece destaque. Neste plano, o governo detalha os objetivos de médio a longo prazo a serem alcançados no campo energético, dentre os objetivos de médio prazo: obtenção e estímulo a novas fontes de energia (nuclear, eólica e solar); conservação de energia e proteção ambiental; bem como estímulos a indústria automobilística na construção de veículos de energia limpa. Já os objetivos de longo prazo são:

- Eficiência energética e fontes de energia mais limpas para compensar os efeitos do crescente da demanda energética que aumentariam a sua dependência das importações e poluição;
- Reduções no consumo de energia e intensidade do uso de carbono (reduzir o consumo de energia em 16 por cento até 2015 e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> em 17 por cento até 2015);
- Diversificação das fontes de energia primaria, aumentando o uso de combustíveis não fosseis a 11,4 por cento do consumo de energia primaria em 2015;
- O aumento do uso do gás natural, fontes nucleares e de fontes renováveis;
- Reduzir os principais poluentes entre 8 e 10 por cento (IEA, 2011, p.78 apud STEVEES).

Neste capítulo serão melhor apresentadas as ações governamentais chinesas para sanar a questão energética e garantir o suprimento para o crescimento econômico para os próximos anos, além disso, será explorado o papel de cada matriz energética para a geração energética do país e os planos de expansão para cada matriz.

A segurança energética, como já exposto neste capítulo é de extrema importância para o país que deseja alcançar a hegemonia mundial. O crescimento e desenvolvimento chinês possui limites, a questão do suprimento energético em um cenário de rápida expansão econômica associado a uma severa escassez de recursos energéticos localizados no país é um assunto de extrema importância para o governo chinês.

Para um país como a China, que atravessa um cenário de desenvolvimento particularmente intensivo em energia- pela alta concentração da produção no setor industrial, pela superprodução e pela ineficiência energética em muitos ramos, como o químico e o siderúrgico- o acesso crescente a fontes e supridores de energia é um imperativo para a continuidade do crescimento e para a estabilidade política do regime.

Historicamente, nos países que se lançam em processo acelerado de desenvolvimento, o aumento anual médio do consumo de energia possui a tendência de ser mais alto que o próprio

aumento do crescimento econômico. Segundo Lyrio (2010) as etapas iniciais e intermediárias de industrialização e de urbanização costumam privilegiar a produção em setores como construção civil, infraestrutura e siderurgia, atividades altamente intensivas no uso de energia e matérias primas. Com o tempo, o crescimento das classes urbanas, médias, tende a provocar uma mudança na estrutura de energia, e de levar a uma transição no setor industrial, antes mais centrada nas indústrias de base, pesadas, e posteriormente mais voltados para a produção de bens de consumos que consome menos recursos energéticos e matérias primas (LYRIO, p. 61, 2010).

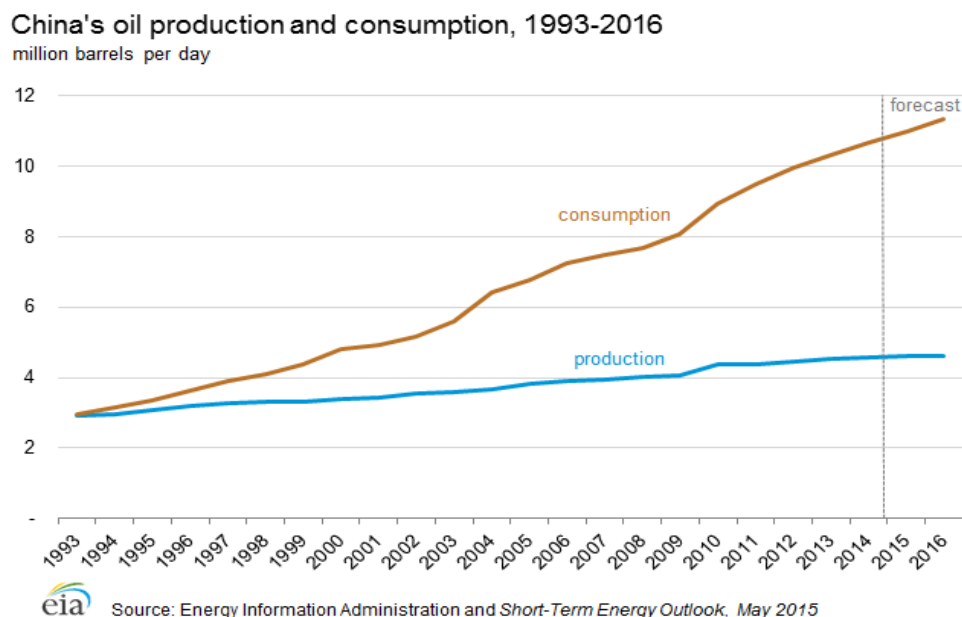
Para exemplificar a passagem do autor, é possível analisar que o intenso fluxo da população chinesa do campo em direção as cidades contribuiu para o crescimento da demanda energética do país. Com o surgimento das ZEEs, o crescimento industrial favoreceu o surgimento dos grandes conglomerados urbanos. Segundo estimativas do autor Yergin (2011), o percentual da população que vivia nas cidades chinesas no ano de 1978 era em torno de 18%, já no ano de 2011 esse valor estava próximo da parcela de 50% da população vivendo nas cidades. Outro ponto que é importante destacar é a demanda por insumos para a indústria pesada e de construção civil cresceu vertiginosamente nos últimos 20 anos.

Em um recente trabalho denominado “Making the Modern World: materials and dematerialization”, o historiador tcheco-americano Vaclav Smil(2014) apresentou os dados da quantidade utilizada de concreto pela China durante os anos de 2011 a 2013, segundo o historiador, o país consumiu cerca de 6,6 gigas toneladas de cimento, em comparação, os Estados Unidos consumiram 4,5 gigas toneladas.

O caso chinês vem seguindo o padrão exposto anteriormente. O crescimento da demanda energética decorre de altas taxas de concentração (cerca de 60%) da produção industrial, em detrimentos das taxas de consumo energético dos setores primário (cerca de 10%) e terciário (30%).

O país tornou-se o segundo maior consumidor de energia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo estimativas da Organização para a Cooperação e desenvolvimento econômico OCDE (2016), que desde do ano 2000, a China é responsável pelo aumento de um 1/3 da demanda global de petróleo. Na figura 8, é possível observar a evolução do consumo de petróleo pela economia chinesa.

Figura 8: Consumo e produção de petróleo pela China no período de 1993-2016



Fonte: Energy Information Administration and Short-Term Energy Outlook (2015)

É possível observar no gráfico acima, que o consumo de barris de petróleo no ano de 2016 foi de 12 milhões de barris por dia, enquanto, no ano de 1993, o consumo diário foi no valor de 2 milhões de barris representando um aumento de 6 vezes no consumo diário no período analisado.

Um ponto importante a ser destacado neste gráfico, é a evolução da produção de barris de petróleo chinesa. O crescimento e desenvolvimento da economia chinesa demandava altas quantidades de petróleo, entretanto, a produção nacional ficou praticamente estável durante todo o período de 1993 a 2016. Em grande medida, esse fato deve-se as poucas reservas domesticas de petróleo existentes no país.

Segundo dados da OCDE (2016), a China ocupa a posição de 13º país com a maiores reservas de petróleo com um volume estimado de cerca de 16,3 bilhões de barris. Para efeito de análise, o país com a maior reserva de petróleo do mundo é a Arábia Saudita, e segundo dados da OCDE o volume da reserva é de cerca de 264,3 bilhões de barris.

#### 4.1 OS MOTORES DO CRESCIMENTO ECONOMICO CHINÊS: A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO E DO CARVÃO PARA A MATRIZ ENERGÉTICA CHINESA

Como já explorado neste trabalho, o petróleo é a fonte de energia predominante desde a segunda revolução industrial, a sua ampla gama de aplicações permitiu que ela se tornasse a principal matéria prima utilizada pelos países, e o controle de sua extração um ponto chave na política externa nos países que desejam alcançar a hegemonia mundial.

No caso da China não é diferente, o petróleo é de extrema importância para a segurança energética do país, o Governo chinês sabendo da fragilidade energética que o país enfrenta, principalmente em relação às escassas reservas de petróleo adotaram uma política centralizadora na gestão deste recurso. O país criou no início de 1980, três grandes empresas estatais que seriam responsáveis pela exploração petrolífera no país, dentre elas: a China National Petroleum Corporation (CNPC), the China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). O governo através de um programa ambicioso visou estimular a produção de petróleo no país e para isso designou cada empresa para uma determinada área. A CNPC ficou encarregada de toda a exploração onshore das reservas do país, a Sinopec ficou a cargo de toda a atividade de refinação, distribuição dos derivados do petróleo, e por último, o governo deu a CNOOC a responsabilidade de explorar as plataformas offshore do país. Apesar de cada empresa deter o monopólio de exploração de cada área designada pelo governo houve uma exceção relacionada à exploração das reservas chinesas offshore. Segundo relatório da IEA (2014), o governo chinês permitiu que companhias internacionais explorassem as reservas offshore do país mediante regime de compartilhamento da produção com as empresas estatais ou *joint ventures*, as principais empresas estrangeiras são: ConocoPhillips, Shell, Chevron, British Petroleum, BG, Husky, Anadarko and Eni.

Essa divisão da exploração do petróleo associada com o aumento econômico chinês criou um ambiente favorável ao crescimento do consumo nacional de petróleo, no ano de 2011, o país tornou-se o segundo maior consumidor de petróleo no mundo perdendo somente para os Estados Unidos. É curioso que durante a década de 1990 do século XX, a China era o maior exportador do Leste Asiático, e em menos de 20 anos o país se tornou o segundo maior importador mundial. Segundo o relatório da IEA (2015), o consumo chinês representou 43% do crescimento do consumo do petróleo mundial, e se persistir esse crescimento, o país vai se tornar o maior consumidor mundial em poucos anos. Segundo a Oil & Gas Journal (2015), a China possui uma reserva estimada em 24,6 bilhões de barris, que corresponde a segundo maior reserva da região do Pacífico oriental só atrás da Rússia. Estima-se que a produção chinesa dos derivados de petróleo é a quarta maior mundialmente, e cresceu cerca de 50% nas últimas décadas, a produção é voltada exclusivamente para a demanda nacional.

Entretanto, a produção nacional não está sendo suficiente para suprir a demanda do país, segundo dados da IEA (2015), no ano de 2010, a produção doméstica cresceu apenas 7% após anos de crescimento mais robusto. O governo antecipando um possível desabastecimento do importante recurso procurou estimular as importações via estímulo à produção nacional através de programas de pesquisa e exploração de novos poços de petróleo, diversificação da matriz

energética nacional e pela expansão diplomática pelo mundo. É importante ressaltar um dos programas que o país lançou no começo da década para ampliar as reservas de petróleo no país, o programa consiste na exploração da recém descoberto campo localizado na plataforma continental da Baía de Bohai, com reservas de aproximadamente 1 bilhão de toneladas, as quais, caso sejam efetivamente exploráveis na sua totalidade poderão elevar as reservas do país em cerca de 50%( LYRIO, 2010).

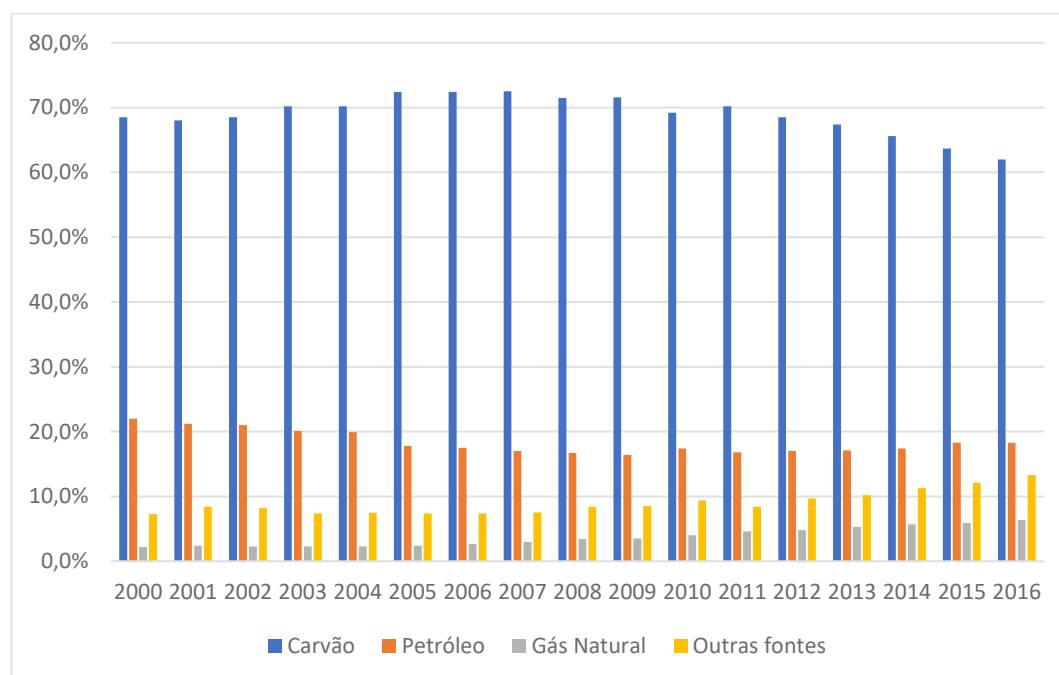
Além do petróleo, outra importante matriz energética nacional origina-se da combustão do carvão. Segundo relatório da IEA (2000), a China possui em seu território uma quantidade significativa de carvão. Estima-se que o país possua reservas no valor de 5,570 bilhões de toneladas a serem exploradas tornando o país o terceiro país com as maiores reservas carboníferas no mundo ficando apenas atrás dos Estados Unidos e da Rússia

O uso do carvão é antigo no país, entretanto, somente na década de 1980 do século XX, que o governo chinês colocou a questão do carvão no centro das políticas governamentais. Durante a década de 80, o país sofreu uma forte escassez de carvão, o PCC temendo uma forte retração econômica com a ineficiência energética permitiu que pequenas minas coletivas fossem criadas nas regiões rurais do país como forma de estimular a produção de carvão doméstica naquele período. Entre os anos de 1980 e 1984, o crescimento da produção das usinas de carvão das regiões rurais cresceu 40% em relação ao começo da década de 1970, e segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA), no começo do ano 1990, 40% de toda a produção de carvão do país era de origem das usinas rurais.

Com o crescimento econômico acelerado no começo do século XXI, o PCC detectou que o programa das pequenas minas de extração de carvão não era suficiente para acompanhar a demanda energética do país. A saída encontrada pelo governo foi a implementação do “Industrial Policy for the 1990’s” em março de 1994. A política governamental proposta por esse plano foi a construção de grandes usinas de extração de carvão sob controle estatal para auxiliar e complementar a capacidade produtiva energética do país. Segundo relatório da IEA (2000), o governo chinês desenvolveu um grande programa de investimento com capital nacional para a área de extração do carvão, entretanto, o PCC permitiu a participação do capital estrangeiro para o financiamento de toda a etapa produtiva de extração do carvão envolvendo as áreas: construção, transporte e processamento do recurso mineral. No gráfico 9 é possível observar a importância do carvão para o fomento energético nacional durante o período de 2000-2016.



Figura 9: Consumo das principais matrizes energéticas na China em %



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do World Bank Data(2017)

Como é possível observar no gráfico acima, a partir do início do século XX, o carvão correspondeu a cerca de 70% de toda a energia consumida no país. O crescimento do país colabora com o aumento do uso das principais matrizes energéticas do país: Carvão e petróleo. Apesar da política de diversificação da matriz energética adotada nos últimos anos por Pequim, o uso das matrizes consideradas mais poluentes continua bastante elevado, e ocasiona sérios problemas ambientais no país, e que segundo especialistas terão um efeito negativo sobre o desenvolvimento socioeconômico no país.

Apesar dos altos investimentos no setor petrolífero e carbonífero, o país ainda sofre com a escassez das reservas das respectivas matrizes em território nacional para alimentar o crescimento econômico. Sabendo dos gargalos energéticos e dos prejuízos que isso pode acarretar ao crescimento econômico do país, a saída encontrada pelo governo chinês consiste na intensificação das relações diplomáticas chinesas pelo mundo focando em regiões que potencialmente serão capazes de fornecer toda a energia necessária para alimentar a economia chinesa.

## 5. A CRUZADA CHINESA EM BUSCA DE ENERGIA

O crescimento econômico chinês fez com que o país adotasse uma postura agressiva em relação as políticas internas para assegurar a segurança e abastecimento energético para o desenvolvimento do país. As políticas internas como já explorado neste trabalho consiste majoritariamente na diversificação da pauta energética do país focada essencialmente no carvão e no petróleo para matrizes consideradas mais limpas e renováveis. Entretanto, a China não se limita exclusivamente as suas políticas internas no assunto energia, nos últimos anos a postura diplomática chinesa tem sido de expansão da sua zona de influência pelo mundo via tratados comerciais, auxílio financeiro e outros tipos de auxílios para garantir em troca o fornecimento energético que o país asiático necessita, e sem ocasionar os problemas ambientais que a exploração e extração desses minerais podem gerar (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Uma busca sem precedentes por recursos tem levado a China a expandir a sua política externa. O boom do crescimento econômico nacional, rápida urbanização, aumento da capacidade produtiva voltada as exportações e o crescimento do padrão de consumo da população chinesa tem sido os fatores que vem ocasionando o aumento exponencial por recursos energéticos. Um exemplo dessa demanda crescente por parte da China é que no início da década de 80 do século passado, o país era considerado o maior exportador de petróleo do leste asiático; atualmente, a China é considerada a segunda maior importadora de petróleo do mundo perdendo somente para os Estados Unidos, mas que muito em breve também irá ser suplantada pela economia chinesa (ZWEIG; JIANHAI, 2005)

A fim de manter o ritmo atual de crescimento econômico, o governo chinês entende como vital a necessidade dupla de aumentar a eficiência energética do consumo do país, mas como também aumentar a oferta de energia sendo ela produzida domesticamente ou sendo importada de outros países. Como já explorado neste trabalho, Pequim vem adotando uma serie de medidas como forma de aumentar a oferta energética do país, entretanto, segundo a “United Energy Information Administration”, a China dificilmente conseguirá expandir a produção energética no ritmo do crescimento do consumo interno, o que tenderá a agravar a dependência chinesa das importações no setor.

Segundo Lyrio (2010), as importações de petróleo da China deverão corresponder, em 2025, a 77% do total de petróleo consumido pelo país, contra os menos de 50% registrados no ano de 2010. O governo tem buscado assegurar o maior volume e previsibilidade no suprimento externo de energia por meio de compras de empresas estrangeiras no setor energético, da assinatura de contratos de longo prazo com supridores tradicionais e da busca de novas alianças com países que dispõem de amplos recursos energéticos.

Com o crescimento econômico apresentado nos últimos anos, a China ganhou recentemente uma importante projeção internacional em termos de presença comercial e de investimentos em países fora do entorno da esfera de influência tradicionalmente chinesa, entretanto, a projeção ganha nos últimos anos pelo país é vista como Pequim como um sinal de alerta, pois somente agora as empresas chinesas de energia chinesa começaram a expandir suas operações para o exterior, e esse atraso, pode significar uma posição desprivilegiada no complexo tabuleiro estratégico mundial.

O governo chinês tem procurado superar a posição atual no cenário energético mundial através de alianças das mais variadas e da forma mais abertamente pragmática, mesmo ao custo de certo desgaste político- diplomático, como no caso do envolvimento chinês no Sudão ou do apoio ao Irã, maior supridor de petróleo da China.

A linha geral de atuação chinesa é a da diversificação diplomática nacional, com a busca de oportunidades e novos parceiros em todas as regiões ricas em recursos energéticos: Oriente Médio, Ásia Central, África, Sudeste Asiático e América Latina. Entretanto, a aproximação da China com essas novas regiões também vai de encontro com algumas controvérsias territoriais que o país possui com alguns países, dentre eles: com o Japão no Mar do Leste da China e com oito países do Sudeste Asiático, no Mar do Sul da China.

Para alcançar os seus objetivos energéticos em âmbito global, as empresas estatais chinesas de exploração de energia têm uma importância fundamental para o desenvolvimento do projeto estratégico do governo. As empresas estatais do país são extremamente ativas na busca de recursos no exterior. Nos países em que Pequim tem o interesse na exploração energéticas, as empresas estatais são responsáveis por cultivar as relações bilaterais entre os países fornecendo qualquer tipo de auxílio que o país em questão possa solicitar a essas empresas.

No ano de 2005, o Ministério de Comércio e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reformas publicou uma lista com os nomes dos países e seus respectivos recursos a serem aproveitados pela China através de um programa de investimentos nesses países. Segundo Zweig e Jianhai (2005), apesar de tradicionalmente a China possuir laços importantes com economias do mundo desenvolvido, na qual ela possui um canal para volumosos recursos financeiros e o acesso à tecnologia, nos últimos anos; o país vem se aproximando cada vez mais dos países em desenvolvimento e voltando os seus projetos de investimentos a eles. Nas próximas sessões deste capítulo serão analisadas as parcerias chinesas com as regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento da sua política energética nacional.

### 5.1 A PRESENÇA CHINESA NO CORAÇÃO PETROLÍFERO MUNDIAL.

A aproximação chinesa no Oriente Médio é recente e pode ser datada no início da década de 1990 do século XX, quando a China solicitou aos países árabes que cortassem relações diplomáticas com Taiwan devido ao imbróglio diplomático envolvendo os dois países.

A dependência energética chinesa fez com que a atuação do país no Oriente Médio fosse cada vez mais ativa nos últimos anos. Cerca de 45% das importações de petróleo do país é originado dessa região. A expansão diplomática chinesa intensificou durante o ano de 2004, quando o presidente chinês Hu Jintao se encontrou com 22 representantes da Liga Árabe no Cairo para impulsionar as relações políticas e econômicas para desenvolver uma “nova parceira” que estimularia a exportação de petróleo dos países pertencentes a Liga para a China. Além disso, a China é extremamente influente no Irã, que é considerado pelos países ocidentais como um dos financiadores do terrorismo pelo mundo.

A parceria China-Irã é antiga, e remonta a Guerra Fria. Em outubro de 2004, a empresa estatal Sinopec assinou um acordo com Teerã no valor de 70 bilhões de dólares para a exploração de diversos campos de petróleo no país; o Irão também se comprometeu a exportar diariamente 150 mil barris de petróleo a China nos próximos 25 anos, e garantiu que cobraria o preço do mercado vigente impossibilitando assim bruscas flutuações de preço, além disso, a China se comprometeu a auxiliar financeiramente e tecnologicamente o desenvolvimento de tecnologias para a exploração da grande reserva petrolífera de Yadavaran.

### 5.2- A PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA

A relação entre a China e América Latina tem inúmeras implicações estratégicas no atual poder político e econômico internacional. As transformações ocorridas a partir da primeira década do século XX na economia mundial com os países em desenvolvimento ganhando destaque gerou uma mudança na estratégia chinesa de expansão para o mundo. A América latina apresenta um conjunto de países que possuem uma quantidade extraordinária de recursos minerais e energéticos, esta riqueza mineral atraiu inúmeros investimentos estrangeiros a região, especificamente, os investimentos chineses. Conforme na tabela 2, é possível observar os valores investidos na América Latina no período de 2005 a 2017.

Tabela 2: Financiamento chinês na América Latina 2005-2017

Country	Amount (U.S. billions)
Venezuela	\$62.2
Brazil	\$42.1
Argentina	\$18.2
Ecuador	\$17.4
Bolivia	\$3.5
Trinidad and Tobago	\$2.6
Jamaica	\$2.1
Mexico	\$1.0
Other Countries	\$1.3
<b>Total</b>	<b>\$150.4</b>

Fonte: Blanchard 2016

Apesar dos investimentos chineses abrangeram uma ampla gama de setores econômicos, o setor energético é o principal interesse da China na região. Os principais parceiros econômicos da China são: Venezuela, Brasil e Equador. Estes três países representam 80% dos projetos energéticos investidos pela China na região da América Latina. Segundo Hongbo (2012), os projetos energéticos financiados pela China são realizados através das empresas petrolíferas nacionais, segundo o autor, a estratégia adotada por essas empresas são consideradas como de alto risco e oportunistas (HONGBO, 2012).

O avanço das empresas nacionais chinesas na região latino-americana é consequência de três fatores importantes ocorridos na região durante o final do século XX e início do século XXI. Segundo Hongbo (2012): i) O processo de privatização das empresas de exploração energética e a abertura comercial durante a década de 1990 do século XX, a abertura comercial permitiu um aumento no fluxo de investimentos diretos estrangeiros nos países ricos em reservas energéticas; ii) o processo de nacionalização das empresas energéticas durante os anos de 2003-2007; e por fim, iii) a crise financeira internacional durante o período de 2008 a 2011.

É importante ressaltar algumas parceiras sino-latino americanas iniciadas no contexto exposto acima. Em 1993, a CNPC adquiriu o direito de exploração petrolífera nas reservas nacionais do Peru, em novembro de 2004, o então presidente chinês Hu anunciou o investimento de US\$ 20 bilhões de dólares nos setores de exploração de petróleo e gás no Brasil.

Apesar de não garantir o suprimento energético chinês, a América latina com os investimentos realizados em seu território por parte da política expansionista chinesa tem um papel crucial em auxiliar a China a não ficar dependente das exportações de petróleo do Oriente Médio.

Segundo a BP Statistical Review (2012), as importações chinesas da América latina durante o ano de 2010 corresponderam a cerca de 25.3 milhões de toneladas de petróleo cru, este valor representa cerca de 8.6% das importações de petróleo da China. Com a descoberta

de novas reservas de petróleo no Brasil e na Venezuela, é possível que a participação da região cresça nas importações de petróleo direcionadas a China nos próximos anos.

Entretanto, não é somente o petróleo que chama a atenção dos investimentos chineses na área energética. Em 1980, a China financiou o desenvolvimento e construção de dezenas de pequenas hidrelétricas em Cuba, Equador, Guiana, Colômbia e outros. Em 2006, a China ajudou Cuba a primeira usina solar no país com tecnologia totalmente chinesa. Em 2009, o Brasil e a China assinaram um acordo para a criação do Centro de mudança climática China-Brasil

Com base no que foi exposto neste capítulo, é importante analisar dois casos envolvendo a relação entre China e América Latina, esses casos são da Venezuela e do Brasil.

### **5.2.1 As relações entre China e Venezuela**

A cooperação Sino-venezuelana começou em 1985, quando os dois países assinaram um acordo de cooperação científica e tecnológica na área de exploração e pesquisa na área petrolífera.

Em novembro de 1996, o Premier Chinês Li Peng assinou dois contratos com o governo venezuelano para a exploração conjunta de reservas petrolíferas nacionais. Com o crescimento econômico apresentado pela China no final do século XX e início do século XXI, a demanda energética chinesa aumentou consideravelmente as importações da Venezuela em direção a China. Entretanto, não é somente a demanda energética chinesa que fez as importações da Venezuela crescer no período, o PCC temendo que a instabilidade política no Oriente Médio compromettesse o fornecimento de petróleo adotou uma política de diversificação dos seus fornecedores estabelecendo a América Latina e a África como os principais beneficiários por esse programa ( Wei, 2012).

No começo do ano 2000, duas das três maiores companhias estatais chinesas, a CNPC e a Sinopec, assinaram um acordo com o governo venezuelano no valor de US\$ 5 bilhões para a exploração e produção de petróleo no país. Além disso, as duas empresas investiram US\$ 60 milhões na extração de gás natural no país (Cheng e Shi, 2008, p.108-110, 11; Pham, 2010, p.365; Rios, 2013, p.54-56).

A cooperação energética entre China e Venezuela se tornou um importante componente das relações bilaterais entre os países, o que aumentou ainda mais com o crescimento da demanda chinesa na última década. Atualmente, ambos os países trabalham para que essa parceria continue gerando frutos para os próximos anos, principalmente, na área energética, entretanto, graças ao bom relacionamento entre ambos os países, outras áreas econômicas

também estão sendo privilegiadas como exemplo as áreas de incentivo a indústria tecnológica venezuelana e a indústria de bens de consumo duráveis.

### **5.2.2 As relações entre China e Brasil**

As relações entre a China e o Brasil podem ser traçadas a partir do ano de 1949 com ambos países realizando os primeiros contatos comerciais. No entanto, com o panorama global cada vez mais polarizado entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o Brasil adotando o discurso capitalista norte-americano fez com que a parceria Sino-Brasileira não se intensificasse durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Entretanto, no começo da década de 60 com a eleição de governos voltados a ideologias de esquerda no espectro político, o Brasil voltou a se aproximar da China bem lentamente e sempre voltados a interesses econômicos. A aproximação Brasileira em relação a China na época citada deve-se a cinco fatores:

1. O Brasil desejava possuir autonomia própria nas diretrizes de política externa deixando a influência diplomática norte americana de lado
2. Alinhamento de opiniões em diversos pontos estratégicos geopoliticamente, tais como: o Tratado de não proliferação das armas nucleares e a Lei dos Mares.
3. Desejo de expandir o processo de industrialização nacional
4. Expandir a pauta exportadora brasileira para a China, principalmente, em exportar café e açúcar.
5. Estimular o desenvolvimento das parcerias de ambos os países com os países subdesenvolvidos uma espécie de “solidariedade” política dos países fora dos centros políticos e econômicos tradicionais (Pinheiro, 1993; Hurrel, 2006; Pinheiro, 2006; Jilberto e Hogenboom, 2010).

Ao longo da década de 80, o polo hegemônico que a China pertencia foi perdendo forças, e associado a esse fator, o crescimento econômico chinês permitiu que o país adotasse uma política de maior autonomia para tratar dos seus assuntos externos. Com a queda da URSS, a China passou a expandir a sua influência pelo mundo e o Brasil voltou a ser pauta nas questões diplomáticas chinesas. Ainda em meados de 1985, ambos os países assinaram diversos acordos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia. Segundo Blanchard( 2017), a China almejando expandir a sua área de influência para a América Latina observou no Brasil, a possibilidade de alcançar seus objetivos mais rapidamente, já o interesse Brasileiro nesta cooperação era por questões de política externa e interesse em aumentar a pauta exportadora brasileira para o grande mercado chinês principalmente nas áreas de energia, produtos agrícolas e tecnologia e inovação.

As relações entre ambos os países vêm crescendo desde então. Um dos vários momentos importantes da construção desta relação foi durante o discurso de posse do então candidato à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, no qual ele direcionou sua fala a importância

que a parceria com a China teria durante o seu governo, este fato é fácil de ser observado, pois desde que assumiu a presidência da república, a parceria Brasil e China se intensificou ao ponto de ambos os países com auxílio de outras potências em desenvolvimento estimulassem a construção da parceria econômica, política e social chamada BRICs, a construção do G20 e o BASIC( Brasil, África do Sul, Índia e China).

As principais mercadorias importadas para a China são: minério de ferro, petróleo, soja e carne. Para exemplificar a importância da China para as exportações brasileiras é que durante o período de 2000 a 2009, as importações saíram de US\$ 1.1 bilhão para US\$ 21 bilhões em 2009(PEREIRA; NEVES, 2011, p.3). Em 2005, o comércio bilateral atingiu o valor de US\$ 12 bilhões tornando a China o terceiro maior parceiro comercial brasileiro. Em 2012, o volume da troca comercial entre ambos os países atingiu a cifra de US\$ 75 bilhões tornando a China, a principal parceira comercial brasileira superando os Estados Unidos, que detinha a liderança comercial brasileira desde 1930.

Na próxima seção será explorada as relações da China com a África, em especial com Sudão, Angola, Guiné Equatorial e Congo. As relações chinesas com o continente africano são de suma importância para o fornecimento energético chinês, pois a região conta com inúmeros países ricos em recursos energéticos, e consolidar a sua influência nesta região é vital para a estratégia energética chinesa.

### 5.3 O ELDORADO ENERGÉTICO CHINÊS: A PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO.

Apesar das relações comerciais entre China e África serem recentes, o apoio chinês à África é muito mais antigo, visto que a China apoiou movimentos revolucionários nas décadas de 1960 e 1970, mesmo depois de adotar um princípio de não interferência em assuntos internos de outros países. Tal princípio, adotado após a instauração do PCC que visava uma coexistência pacífica com outros países, garantia à China a capacidade de manter relações com países que empresas ocidentais não são incentivadas a manter ou são, até mesmo, proibidas: como países que sofrem embargo, por exemplo. Sendo assim, as empresas chinesas, que são em grande parte estatais, ao instalarem-se em países que há uma pequena concorrência, conseguem garantir uma exploração de petróleo e de outros recursos naturais muito maiores do que seria caso empresas ocidentais mantivessem relações com esses países.

O continente africano, após sua relativa marginalização durante a década de 1990, voltou ao cenário mundial com o crescimento em diversos países da produção de petróleo, esse fator que pode ser comprovado através da Tabela 3, onde se constata que as reservas de



produção africanas foram as que mais cresceram entre 1985 a 2005, representando cerca de 9,5% das reservas mundiais. Além de representar, em 2005, mais de 12% da produção mundial.

Tabela 3: Reservas de petróleo no Continente Africano entre os anos de 1985-2005 em bilhões de barris por ano

<b>Reservas de produção</b>				
Região	Bilhões de bbl		Milhares de bbl	
	1985	2005	1985	2005
África Subsaariana	21,3	58,6	2261	5348
África do Norte	35,7	55,7	3172	4487
<b>Total África</b>	57	114,3	5433	9835
% do total mundial	7,4%	9,52%	9,45%	12,13%

Fonte: Pautasso e Oliveira (2008).

Considerando os dados da Tabela 3 e analisando-o com os dados de outros países, pode-se afirmar que a produção africana superou os Estados Unidos, que produziu cerca de 6,83 milhões de barris por dia, em mais de 3 milhões de barris por dia e ficou atrás apenas da Arábia Saudita, que produz cerca de 11 milhões de barris por dia. Sendo assim, entre 1985 e 2005, a produção africana de petróleo aumentou 81% e, considerando apenas a parcela de petróleo exportada, o total da produção africana presente nas exportações mundiais é de quase 15% no ano de 2005.

Além disso, através da Tabela 3, pode-se ver que a produção exportada da África Subsaariana superou a produção exportada da África do Norte. A África Subsaariana tem como as principais áreas de exploração de petróleo a Nigéria, Angola, Congo e Guiné Equatorial, que sozinhas somam cerca de 37% do petróleo produzido no continente africano. Portanto, a presença chinesa é muito forte nestes países principalmente no Golfo da Guiné.

Desta forma, o interesse chinês na África torna-se claro, este guiado pela busca incessante por recursos naturais, assim como o interesse de países africanos na China, que são impulsionados pela necessidade de se desvincular das potências europeias e da americana. Sendo assim, para firmar acordos com os chineses, os países africanos ofereceram aquilo que

possuíam, que são os seus recursos naturais, e receberam em troca, principalmente, empréstimos com juros baixos para investir em infraestrutura. Visto que a China tinha sua segurança energética como prioridade desde 1998, é claro que seus acordos buscavam mais do que terras agricultáveis na Uganda, tendo em vista que dois de seus maiores focos de investimento são a Angola e o Sudão, que são países petroleiros, acompanhados pelo Congo e Guiné Equatorial, que também ajudam a suprir a necessidade chinesa de petróleo.

Sendo assim, como este trabalho busca explicar a relação chinesa com os países africanos que mais fornecem petróleo a China, os quatro países a serem utilizados como focos são: Angola, Sudão, Congo e Guiné Equatorial. Portanto, este trabalho foi dividido em tópicos, sendo eles apresentados por cada país escolhido para melhor compreensão e desenvolvimento.

### **5.3.1 As relações da China com Angola**

A parceria entre China e Angola se intensificou quando os chineses assumiram o financiamento da reconstrução nacional pós-guerra-civil angolana, quando as portas de investimentos internacionais estavam fechadas devido ao conflito bélico no país. Portanto, a China representa, ainda hoje, para a Angola, a garantia de poder continuar a reconstrução do país mesmo diante de uma crise. A perspectiva de cooperação é que aumente ainda mais, já que a China necessita de recursos naturais, enquanto a Angola precisa reconstruir o país.

Tendo em vista que a infraestrutura do país estava em ruínas após o fim da guerra civil, que durou cerca de 38 anos, a China realizou diversos empréstimos no valor de 7 bilhões de dólares, no início, sendo mais da metade proveniente do dinheiro público, que seriam destinados a reconstrução da infraestrutura do país por meio de contratação de empresas chinesas para realizarem o serviço.

Em contrapartida, ao emprestar recursos financeiros com baixa taxa de juros para a Angola, a China está interessada nas fontes energéticas do país, sendo que, em 2008, o aumento comercial entre os dois países aumentou 78%, gerando cerca de 25.310.000,00 dólares. Tal situação fez com que a Angola se tornasse o maior parceiro comercial da China no continente africano.

Desde 2004, a China tem sido o principal destino do petróleo angolano e estima-se que mais de 30% das exportações angolanas de petróleo são destinadas para a China. Além do petróleo, a China também importa diamantes e sucatas da Angola, enquanto a Angola importa alimentos, máquinas e produtos de maior valor agregado da China. Os valores podem ser vistos na Tabela 3, onde se constata a diminuição das exportações angolanas para os Estados Unidos e um aumento das exportações para a China.

Tabela 4: Exportações de petróleo de Angola durante o período de 2004-2007

Ano	Estados Unidos	China	Outros
2004	32%	30%	38%
2005	27%	25%	48%
2006	31%	30%	39%
2007	24%	26%	50%

Fonte: Chr. Michelsen Institute

Além da venda de cerca de 26% da sua produção de petróleo para a China, a Angola vendeu, em 2009, cerca de 25 toneladas para a China, ficando apenas atrás da Arábia Saudita em questão de fornecimento de petróleo aos chineses. Entretanto, em 2010, nos primeiros meses, o quadro mudou, garantindo a Angola a posição de maior exportador de petróleo a China, o que pode ser conferido na Tabela 5

Tabela 5: Principais importações chinesas de petróleo (janeiro-março de 2010)

País	Milhões de toneladas	(%)
<b>1. Angola</b>	<b>8,48</b>	<b>16</b>
2. Arábia Saudita	8,18	15
3. Irã	5,8	6
4. Omã	3,3	2,9
5. Rússia	3,1	2,7
Total das importações dos 5 países	28,86	42,6
Total geral das importações	51	100

Fonte: Luz (2011)

Apesar de em 2010, nos primeiros meses, a Angola ter sido a principal exportadora de petróleo para os chineses, atualmente, ela perdeu este posto para a Rússia, Arábia Saudita e Omã que brigam entre si para ser o maior fornecedor de petróleo da China, segundo Gao Jian, da SCI International, consultora energética de Shandong. A perda de posição foi justificada, pelo menos para o caso russo, pela construção do oleoduto, que liga a Rússia e China.

Sem dúvidas, a relação entre China e Angola é benéfica para os dois países em questão, entretanto, muito mais para a China, que pode continuar a sua produção e desenvolvimento do país com um pouco de mais segurança energética, enquanto a Angola pode estar se tornando muito dependente da China, de acordo com António Capalandanda. Ainda segundo António

(2010), que explorou uma pesquisa do sueco John Alberg, os novos empréstimos chineses a Angola e ao restante do continente africano fazem com que as taxas de juros ultrapassem o crescimento econômico do país, já que os empréstimos por parte dos chineses estão se acumulando, assim como a dívida da Angola. Outro malefício considerado por John e António, é que a China está transformando a Angola em sua fonte de produção barata e fonte de recursos naturais para satisfação da demanda chinesa e, seguida, utilizar este país como mercado para seus produtos manufaturados, ou seja, vendendo mais caro aquilo que é produzido no país. Além disso, é citado pelo Chr. Michelsen Institute, o fato de a reconstrução do país ser ligada a empresas chinesas, que, por sua vez, empregam chineses, fazendo com que a mão-de-obra nacional seja substituída.

Em 2010, a Angola recebeu cerca de 7 bilhões de dólares em linhas de crédito da China, que são foram destinados à construção de diversas obras de infraestrutura por firmas chinesas na Angola. Entretanto, de acordo com John Alberg, a falta de fiscalização nos projetos e a corrupção levam a incertezas quanto à qualidade dos projetos. Sendo assim, pode-se dizer que os cidadãos angolanos vivem uma incerteza quanto ao investimento chinês, já que a qualidade dos projetos é questionada, não há uma distribuição de renda e a mão-de-obra nacional é quase que dispensada.

Já em 2015, os números compilados pela Reuters(2016), indicam que a Angola já recebeu mais de 20 bilhões de dólares da China para o estímulo econômico seja por meio de financiamentos de obras ou financiamento das contas do governo, o motivo para tamanho volume de recursos chineses no país é originário da necessidade do Governo angolano em captar recursos para o financiamento da sua economia. Já que as receitas originárias da exploração petrolífera sofreram uma forte queda devido a queda no nível de preço do barril de petróleo nos mercados mundiais.

Apesar de a Angola estar apresentando uma crise, com declínio na exportação de petróleo, uma nova refinaria de petróleo será construída em Soyo, com capital da China Internacional Fund (participado pela China Sonangol), a nova refinaria iniciou sua operação no de ano de 2017 e, conta com a capacidade de produção diária de cerca de 110 mil barris de petróleo.

### 5.3.2 As relações entre a China e o Sudão

Como já evidenciado, o aumento do interesse chinês pelo continente africano é resultado do alto crescimento econômico chinês e do aumento da demanda por matérias primas. Tal fator acarretou no fortalecimento da relação entre China-África, que pode ser observado desde da década de 1990, quando a economia chinesa começou a expandir a sua influência pelo mundo.

Neste cenário, o Sudão se tornou um dos principais polos de investimento chinês e sendo que, em meados de 1990, a concorrência ocidental para a produção petrolífera na região do Sudão era baixa devido à grande instabilidade do país, a China, ficou atraída com este cenário e iniciou seus investimentos. Os investimentos chineses no setor petrolífero deram-se através da Companhia Costeira Nacional de Petróleo (CCNP), o que possibilitou ao Sudão sair da condição de importador para a condição de exportador.

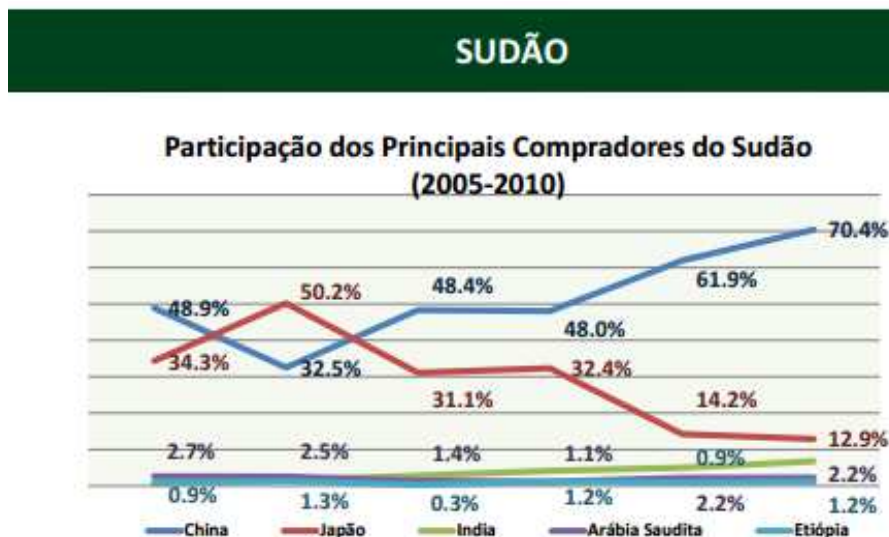
Desde o ano de 1999, quando o Sudão se tornou efetivamente um país exportador, o petróleo assumiu um papel fundamental na formação de divisas para o PIB sudanês, uma vez que as receitas advindas do petróleo chegaram à casa de dois bilhões de dólares somente na década de 90. Com o alto preço do petróleo durante os anos de 2000 a 2010, o crescimento econômico do país foi altamente favorecido: as estimativas giram em torno de um crescimento médio aproximado de 7,7% ao ano. Já em relação à produção petrolífera, o Sudão produziu em média 455 mil barris por dia em 2010, com potencial de crescimento para os próximos anos, já que existem reservas de petróleo inexploradas.

Com o início dos investimentos chineses no Sudão, a aproximação dos dois países atingiu níveis elevadíssimos nesses últimos anos, tendo sido assinados oito acordos de cooperação somente em 2008, garantindo empréstimos ao governo sudanês e financiamento em infraestrutura, fazendo o Sudão atingir a posição de terceiro maior parceiro comercial da China na África. O comércio entre os dois países passou de 800 milhões de dólares em 2000 para aproximadamente 8,5 bilhões de dólares em 2010.

Por possuir uma pauta exportadora bem rígida (91,6% dos produtos exportados são de origem agrícola e do setor petroleiro), o Sudão tem como principal destino para suas exportações o mercado chinês. Em 2010, a participação chinesa nas exportações do Sudão correspondeu a 70,4% do total exportado, o que torna a China o principal parceiro comercial do Sudão.

Como se pode ver na figura 10, a participação chinesa no país tem crescido desde ano de 2005, o que demonstra cada vez mais o interesse chinês pelas riquezas energéticas do país.

Figura 10: Participação dos principais compradores do Sudão (2005-2010)



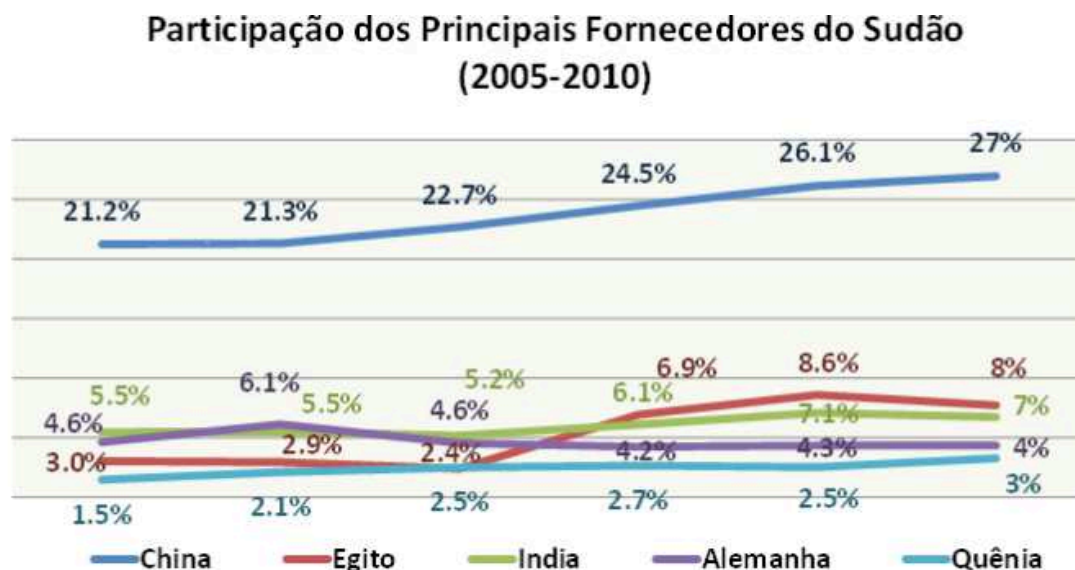
Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2018)

Já no caso das importações do Sudão, ela vem demonstrando queda a partir de 2007, devido à grande parte à instabilidade causada no país devido às pressões pela secessão. De acordo com dados da Apex-Brasil, entre 2007 e 2011, as importações do Sudão sofreram uma queda de aproximadamente 12%. Entretanto, apesar da queda geral das importações, a participação chinesa nas importações não vem diminuindo.

A China vem cada vez mais ganhando o espaço dos países que anteriormente exportavam ao Sudão, de acordo com a figura 11, pode-se observar que a participação chinesa nas importações entre os anos de 2005-2010 só aumentou, em contrapartida os países em geral apresentaram quedas na participação do total exportado para o Sudão, exceto o Quênia que apresentou um crescimento modesto.

Os principais produtos exportados pela China ao Sudão são: produtos manufaturados, geradores e transformadores elétricos e peças de metalurgia.

Figura 11: Participação dos principais fornecedores do Sudão (2005-2010)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2018)

Como apresentado acima, a participação chinesa no Sudão é extremamente importante, já que o país africano necessita dos investimentos e do comércio chinês para estimular e abastecer sua economia externa e interna.

Outro ponto importante a se destacar, e que é frequentemente abordado quando o assunto é as relações sino-africanas, é o apoio chinês, ainda que muitas vezes de forma indireta, aos países africanos cuja estrutura de poder está nas mãos de ditadores ou de repúblicas autoritárias.

Como o assunto economia nunca deve ser desassociado de política, a influência econômica chinesa nos países africanos tem relação direta com a estrutura de poder ainda vigente nessas regiões.

A política externa chinesa é a mesma adotada há 28 anos por Deng Xiaoping, quando a China adotou o caráter de não intervenção nos conflitos internos de outros países. Tal medida visava estabelecer para a diplomacia chinesa uma boa relação com os diversos países do planeta. Esta política é utilizada até hoje nas relações sino-africanas; no caso do Sudão, o governo de Pequim apoia, indiretamente e diretamente, o presidente autoritário Omar al-Bashir, que é considerado pelos órgãos internacionais como criminoso de guerra e por ser um dos mandantes do genocídio que ocorreu em 2010 na região de Dafur.

O apoio chinês à região não é bem recebido pela comunidade local e pelos países ocidentais, uma vez que o apoio chinês estimula o governo autoritário de Omar al-Bashir a se perpetuar no poder através do bom crescimento da economia e das ajudas humanitárias.

Além dos incentivos econômicos que a China exige do Sudão, ela exige que o Sudão faça vista grossa às importações de armas vindas da China, fazendo com que o Sudão se tornasse, nos últimos anos, o porto de entrada para as armas chinesas no continente africano, o que alimenta os conflitos armados na região.

Por mais que o conselho de segurança da ONU faça pressão pra impor ao país sanções relacionadas ao tráfico de armas, a China sempre se põe ao lado do Sudão e, caso seja necessário, a diplomacia chinesa diz que irá impor o seu direito de veto a qualquer proposta para sanções ao Sudão. Em recente visita à China, o presidente chinês reafirmou a posição diplomática chinesa ao dizer que as relações entre China e Sudão são consideradas como de amizade e que nenhum país ocidental irá impor sanções ao país.

### **5.3.3 As relações entre a China e Guiné-Equatorial**

As relações diplomáticas entre a China e Guiné Equatorial tiveram início, de fato, em 15 de outubro de 1970 e, desde então, com a ascensão da Guiné como um país produtor e exportador de petróleo, estas relações só vieram a progredir. Apesar de o petróleo ser o principal fator para a relação China-Guiné existir até os dias atuais, ambos os países firmaram, em 1996, um acordo que envolvia a economia, cooperação tecnológica e o comércio, acarretando na criação de uma comissão mista para a cooperação econômica e comercial. Desde então, a China vem auxiliando na construção da infraestrutura nacional, como a construção de estradas e estações em Nkue, Mongomo, Nefang e outros distritos.

Nos últimos anos, devido às altas importações chinesas da Guiné Equatorial, que envolvem, principalmente, madeira e petróleo bruto, o comércio entre os dois países registrou um desenvolvimento mais rápido. Sendo assim, o valor do comércio bilateral, no ano de 2002, totalizou mais de 385 milhões de dólares, sendo que a importação, por parte da Guiné Equatorial foi apenas de 32 milhões de dólares, enquanto as importações chinesas dominaram as relações comerciais entre os países, registrando um total de mais de 382 milhões de dólares. As exportações chinesas, para a Guiné, envolvem, em sua grande maioria, os setores mecânico e elétrico, produtos da indústria leve, vestuário, medicamentos, etc.

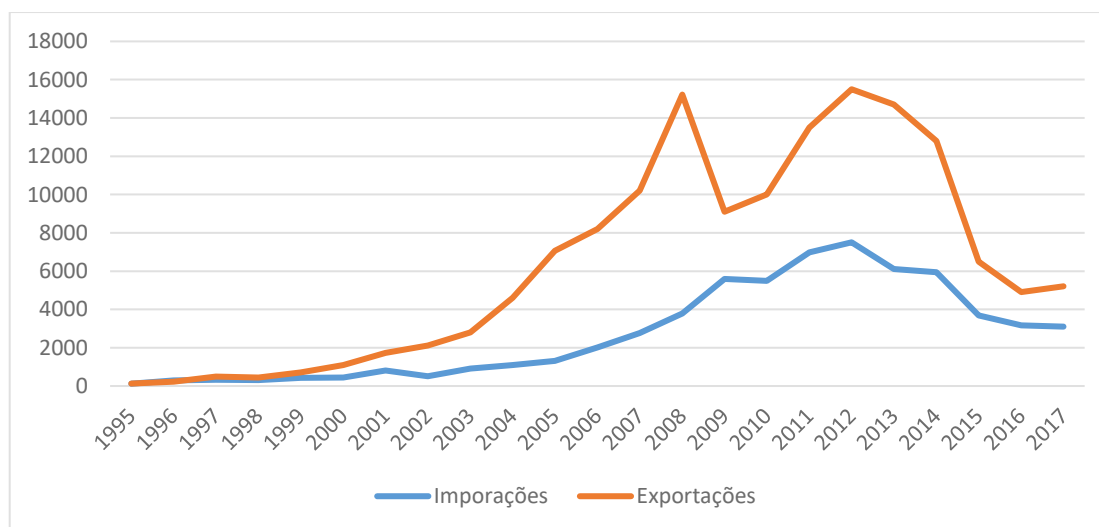


A despeito de as relações entre China e Guiné serem baseadas, principalmente, na exportação de petróleo por parte da Guiné para a China, as relações entre estes dois países engloba até a cooperação cultural, sendo que, a partir do ano de 1984, a China passou a oferecer bolsas de estudos para estudantes guineanos. Além disso, há, também, a colaboração chinesa na área médica do país africano, sendo que já foram enviados 21 lotes de equipes médicas para trabalhar na Guiné.

Como já mencionado, os acordos entre a Guiné e a China resultaram em investimentos por parte dos chineses em infraestrutura no país africano, acarretando no desenvolvimento de transportes marítimos, que, por sua vez, colabora para o desenvolvimento da economia costeira do país. Além disso, outros projetos levados a cabo pelos chineses na Guiné, além das construções de estradas, foram a hidroelétrica de Bikomo, os edifícios de telecomunicações de Malabo e Bata e da emissora Radio Ecuatorial. Ademais, em 2012, o Banco Chinês de Exportações e Importações (Eximbank) assinou um contrato para financiar a eletrificação de Malabo, no valor de 174 milhões de dólares. Todo o interesse chinês na Guiné Equatorial fez com que o país, com a venda de petróleo bruto, em sua grande maioria, figurasse entre os maiores produtores africanos de petróleo e, também, fez da Guiné o país com a renda per capita mais alta do continente.

Atualmente, as exportações e importações da Guiné são representadas pela figura 12, que pode ser conferido abaixo:

Figura 12: Exportações e importações da Guiné Equatorial em milhões de dólares

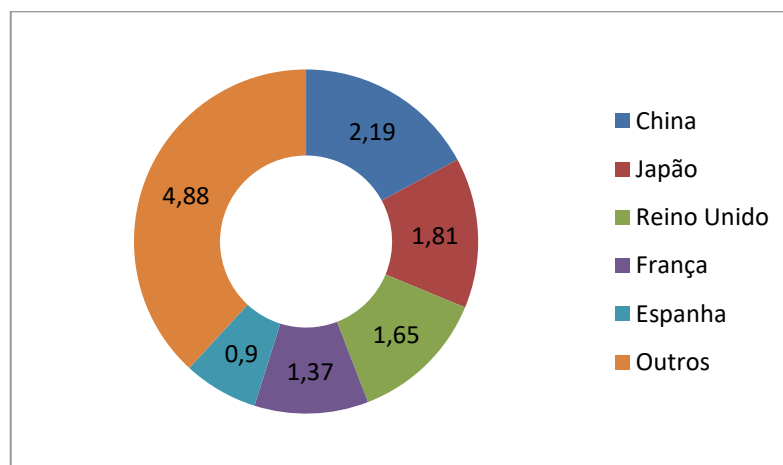


Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do World Bank Data (2018)

Ao analisar a figura 12, percebe-se que, ao longo dos anos, a Guiné Equatorial conseguiu ascender comercialmente, conseguindo alcançar uma grande diferença entre suas exportações e importações, o que fez com que o país apresentasse uma balança comercial favorável. Além disto, percebe-se que, a partir do ano 2000, as exportações guineanas aumentaram consideravelmente, visto que o tratado comercial entre a China e a Guiné foi firmado em 1996; também se pode dizer que esta ascensão está ligada, estreitamente, a exploração de petróleo no país.

Visando explicar a importância chinesa na economia da Guiné, foi gerada a figura 13, a partir de dados do site OEC (2018). Ao analisar o gráfico, pode-se constatar que as participações chinesas nas exportações da Guiné Equatorial alcançaram, em 2013, cerca de 2,19 bilhões de dólares, o que representa mais de 17% nas exportações do país africano. Tendo em vista que o total exportado pela Guiné neste mesmo ano foi de 12,8 bilhões de dólares e que o petróleo representa 92% deste valor, pode-se dizer que grande parte das exportações – ou melhor, a maioria delas – para a China foi referente a este produto.

Figura 13: Exportações da Guiné Equatorial no ano de 2013 e seus principais participantes em bilhões de dólares.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do site OEC (2015)

Apesar dos bons números de crescimento ao longo dos anos, uma balança comercial favorável e o crescimento do PIB per capita, a Guiné Equatorial apresenta uma série de problemas econômicos relacionados com a queda do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais. Tendo em vista que o comércio de petróleo representa 92% das exportações do país, a baixa no preço do produto pode levar a uma contração de 5,5% em 2015, de acordo com o Country Report. Visando um não aprofundamento da crise e, até mesmo, uma nova alavancagem após uma retração de 2,3% no ano de 2014, o presidente da Guiné foi a China em

meados de 2015 em busca de novos empréstimos, o que resultou em uma nova linha de crédito de dois bilhões de dólares por parte dos chineses. Estima-se que este dinheiro possa continuar a financiar as obras chinesas na Guiné e dar continuidade aos planos de industrialização dos próximos cinco anos.

Por fim, a China, ao adotar o preceito da não interferência em assuntos internos dos países com quem mantém relações acaba, por fim, admitindo a ditadura militar disfarçada de república presidencial que a Guiné Equatorial vive, onde o presidente é o chefe de Estado e o chefe de governo e está no poder desde 1979. Dentro deste contexto e diante de uma crise econômica, apesar da Guiné ter um dos PIBs per capita mais altos do mundo devido às exportações de petróleo, há enormes falhas quando se trata de distribuição de renda, fazendo com que o país seja extremamente desigual, onde metade da população não tem acesso a condições mínimas de sobrevivência.

#### **5.4.4 As relações entre a China e o Congo**

A República Democrática do Congo possui uma vasta riqueza potencial que declinou nos meados da década de 1980. Além deste declínio, o país entrou em dois conflitos que iniciaram no ano de 1996. Estes conflitos, por sua vez, reduziram drasticamente a produção nacional e as receitas do governo, provocando um aumento das dívidas externa e, ainda, a destruição da frágil rede de infraestrutura do país, o que acarretou a um ambiente não muito propício a empresários, fazendo com que inúmeras empresas estrangeiras se afastassem.

Com algumas intervenções do FMI e do Banco Mundial em parceria com o governo do Congo foram criados planos econômicos coerentes que ajudaram no desenvolvimento do país. Entretanto, isso não foi suficiente para estimular a economia do Congo.

A região do Congo e a China tiveram o seu primeiro contato em 1887, quando os representantes do Congo estabeleceram contatos com a corte da dinastia Qing; entretanto, o primeiro acordo entre os dois países só foi assinado em 1898. Após a colonização belga em 1908, o Congo perdeu as suas relações formais com a China e só foi retomá-las após a sua independência, em 1960. Apesar de manter relações formais desde então, foi somente no início dos anos 2000 que as relações entre os dois países tomou uma dinâmica única devido ao entrelaçamento das relações econômicas entre ambos.

Estima-se que, durante o período de 2001 a 2005, o crescimento econômico congolês, proporcionado pela relação econômica com a China, fez com que as exportações e importações

crecessem aproximadamente 179,3% e 309,21%, respectivamente. Tais números impressionam não somente no nível de comércio no continente africano, mas também a nível global.

Para entender como o Congo chegou a esse nível de crescimento econômico através da parceria com a China, é preciso entender o panorama econômico, político e social em que o Congo está inserido.

É necessário entender, primeiramente, que o interesse chinês no Congo não se limita exclusivamente à área econômica, a China vem enviando a região inúmeras delegações com o intuito de expandir a influência chinesa no país através de obras de infraestrutura, incentivo a educação e aprimoramento da rede básica de saúde. A porta de entrada para inúmeros investimentos em diversas áreas foi a boa relação comercial que vem se desenvolvendo entre ambos os países nos últimos anos.

A economia congoleza é baseada, essencialmente, na exportação de artesanato, urânio, diamante, zinco, petróleo, cobalto e madeira. Como foi visto no trabalho apresentado acima, a China é um grande comprador de *commodities* e no caso do Congo não é diferente. A estrutura de exportação do Congo em 2004 pode ser vista na Tabela 4 e nela é possível ver a importância das exportações de petróleo para a arrecadação de divisas do país.

Tabela 4: Pauta exportadora do Congo em milhões de dólares no ano de 2004.

Nome	Volume (em toneladas)	Valor
Petróleo	1 830 803	410.984
Madeira	186 898	64.258
Madeira compensada	313	0.634
Total	2 015 130	475.876

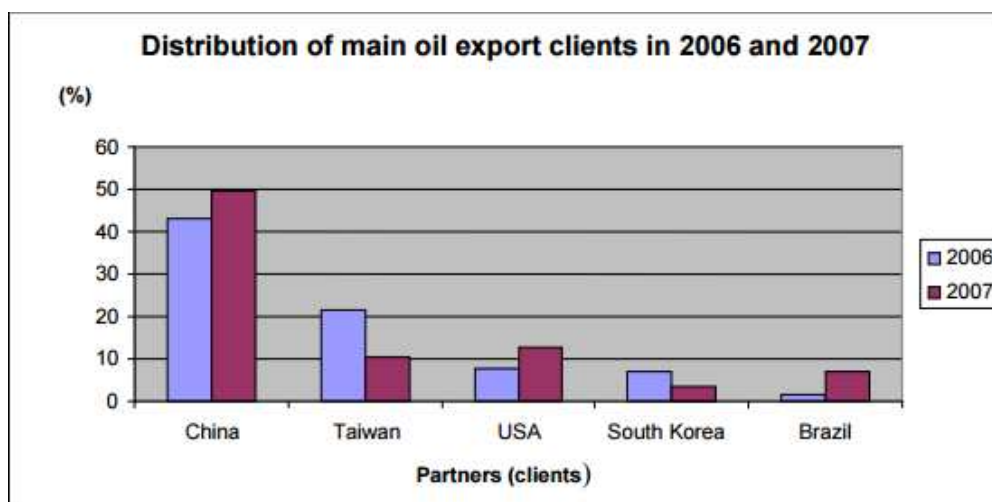
Fonte: Africa Portal (2010)

Com base na figura 14, a China representou, no ano de 2006, um total de, aproximadamente, 45% das exportações de petróleo do Congo, o que significa 20% a mais do que o segundo maior país comprador, Taiwan. No ano de 2007, a China aumentou ainda mais sua participação na compra do petróleo exportado pelo Congo, atingindo a marca de 50% das exportações totais.

Com o aumento das exportações de petróleo, a arrecadação do governo aumentou de modo surpreendente. Estima-se que, em 2001, a arrecadação do governo provinda do petróleo

atingiu o valor de 0,9 bilhões de dólares, o que significa quase menos da metade do que foi arrecadado no ano de 2005, que chegou a um aumento de cerca de 120%.

Figura 14: Distribuição dos maiores clientes de petróleo do Congo em %.



Fonte: África Portal (2010)

O petróleo comprado pelos chineses no Congo é intermediado pela Société Nationale du Pétrole du Congo, que é o órgão responsável em administrar as reservas nacionais, entretanto, segundo Lyrio( 2010), acredita-se que quanto maior a presença chinesa dentro da esfera política e econômica congoleza , cada vez mais eles demandam o afrouxamento de medidas de controle governamental congolês nos setores considerados estratégicos aos interesses da economia chinesa.

Tamanha foi a pressão chinesa para a abertura econômica do Congo, que no ano de 1997, o Congo entrou na organização mundial de comércio, abrindo sua economia de vez aos produtos chineses e limitando a participação governamental em políticas protecionistas.

Em relação às importações que o Congo realiza com a China, destacam-se: produtos manufaturados, alimentos e materiais de construção. Na tabela 5 é possível ver a estrutura das importações realizadas com a China no ano de 2003.

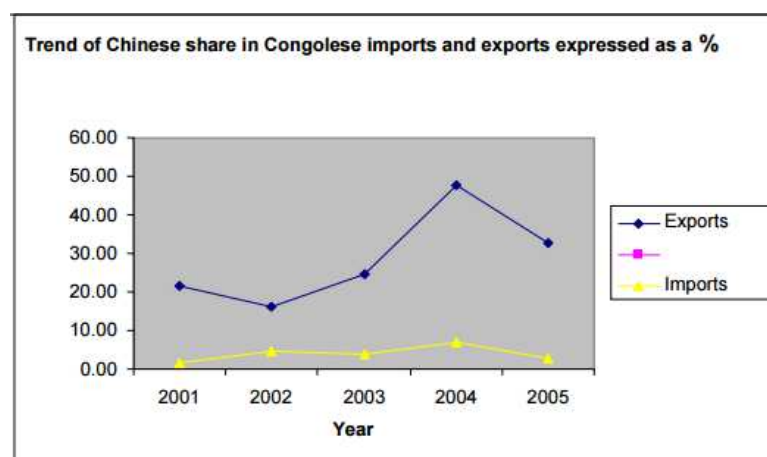
Tabela 5: Principais produtos importados da China pelo Congo

Nome	Volume em toneladas	Valor em milhões de dólares
Material de construção	70 789 668	5.3
Alimentos	4 738 073	3.7
Produtos farmacêuticos	476 027	1.7
Têxteis	915 653	1.1

Fonte: África Portal (2010)

O interessante a respeito da balança comercial entre o Congo e a China é que a mesma é superavitária para o Congo. Sendo que, algo relevante neste ponto é de que, ao longo dos anos, houve um aumento significativo das exportações, enquanto as importações sofreram certa estagnação. Na Figura 15 é possível constatar esta estagnação:

Figura 15: Comportamento das exportações e importações entre Congo e China em %



Fonte: CSIS & IIE(2006)

Segundo informação da agência de notícias Reuters (2008), o governo do Congo vem buscando auxílio de especialistas internacionais para realizar uma análise do impacto em longo prazo dos investimentos chineses no país. Antes vistos como um método para estimular o crescimento da economia, agora é visto pelo governo como sendo um dos responsáveis em atenuar o subdesenvolvimento da região e por explorar demasiadamente as riquezas minerais do país sem que tais riquezas contribuam para o desenvolvimento social e econômico da nação.

Outro ponto que levou o governo congolês a rever seus acordos com a China foi o acordo realizado em abril de 2008. Um consórcio de companhias chinesas e o governo congolês entraram em um acordo, que foi coordenado através do banco da China (EXIM), avaliado em 9 bilhões de dólares, onde a empresa chinesa teria acesso ao minério na província de Katanga,

enquanto que nesta província haveria inversões chinesas com o intuito de promover o desenvolvimento das infraestruturas.

Entretanto, este projeto foi alvo de várias críticas principalmente pela desvalorização do minério em Katanga, porque 68% das vendas beneficiaria a empresa chinesa, enquanto apenas 32% beneficiaria a região de Katanga. O próprio governo congolês pediu ajuda estrangeira para avaliar os impactos a longo prazo deste projeto.

Conforme no capítulo exposto acima, uma das saídas encontradas pela China foi expandir a sua presença pelo globo como forma de garantir o suprimento energético do país, em especial, o petróleo. Através de inúmeros acordos bilaterais, a China planeja aumentar sua influência em todos os países em que ela configure como estratégico aos seus interesses, entretanto, não foi somente a expansão diplomática chinesa que Pequim depositou suas estratégias para garantir a segurança energética nacional.

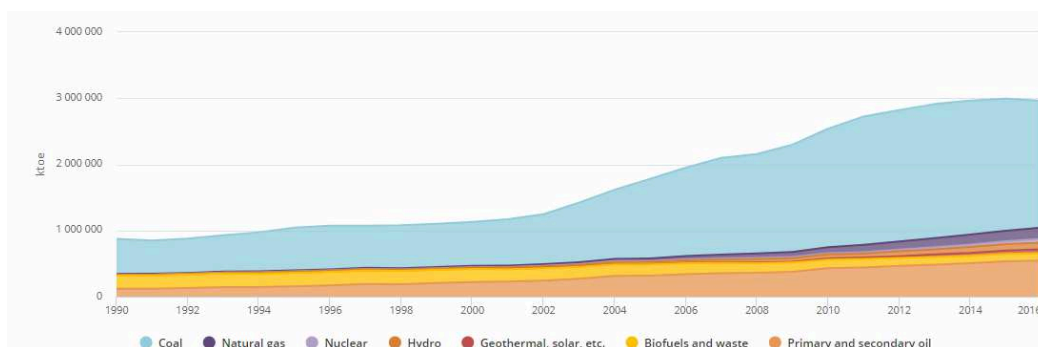
O país procurou diversificar a sua matriz energética doméstica. Aos poucos o país tenta diminuir o uso dos combustíveis fósseis e a dependência internacional associada a eles, além disso, com a diversificação da matriz energética, a China evita os problemas ambientais associados as matrizes altamente poluentes e as consequências econômicas que estes problemas ocasionam na economia chinesa. No próximo capítulo serão exploradas as saídas encontradas pelo Governo chinês para a diversificação da matriz energética nacional.

## **6. A DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA CHINESA COMO SAÍDA PARA A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA.**

Apesar dos altos investimentos no setor petrolífero e da intensificação das relações com as regiões ricas em recursos energéticos, o país ainda sofre com a escassez das jazidas petrolíferas e a dependência energética perante a seus fornecedores mundiais. Sabendo dos gargalos energéticos e dos prejuízos que esses fatores podem acarretar no crescimento econômico do país, a saída encontrada pelo governo chinês foi incentivar a oferta de energia do país através de uma política intensiva na busca de fontes alternativas e renováveis de energia.

Uma das estratégias do governo chinês é a diversificação da matriz energética do país. Segundo a IEA (2007), o carvão é a fonte dominante da China, seguido por petróleo e gás natural. Entretanto, nos últimos anos, Pequim procura elaborar estratégias para a diversificação da matriz energética do país. O governo vem investindo intensivamente nas matrizes hidrelétricas, nucleares, geotermiais, eólicas e solares. No decorrer do capítulo será explorado as formas que o país vem investindo em cada matriz energética.

Figura 17: Consumo das matrizes energética chinesa no período de 1990-2016



Fonte: IEA World Energy Balances 2018

Uma das fontes de energia que a China procurou estabelecer em seu território foi a energia gerada através das hidrelétricas. Segundo Lyrio (2010), novas usinas hidrelétricas estão sendo construídas nos rios Amarelo e Jinsha. A meta é gerar 240 gigas watts adicionais na rede elétrica chinesa até 2020, entretanto, este objetivo parece ser surreal, para dizer o mínimo, pois sua concretização pressupõe a construção do equivalente a uma usina de Três Gargantas, a maior usina do mundo, a cada dois anos (LYRIO, p.62, 2010).

Para analisar como o governo chinês está comprometido com a estratégia de desenvolvimento e implementação das hidrelétricas em território nacional, a construção da hidrelétrica das Três Gargantas, no rio Yangtze é o maior exemplo de como o país pensa em um futuro autossuficiente em termos energéticos. Construída nas margens do rio Yangtze, é considerada a maior usina hidrelétrica do mundo capaz de produzir 90 milhões megawatts por hora. Para construí-la levou cerca de 17 anos, 40 mil trabalhadores, a um custo estimado de US\$ 28 bilhões.

Em relação a matriz energética de origem nuclear, a inserção dela como fonte de geração de energia no país é relativamente nova, o uso civil para geração de energia nuclear iniciou somente no ano de 1985. Atualmente, o país possui treze usinas nucleares em funcionamento, entretanto, a geração de energia proporcionada por essas usinas é irrisória comparada à demanda nacional, pois elas são responsáveis pela produção de somente 3% de toda a eletricidade gerada pelo país, o que representa o percentual mais baixo de todas as nações que utilizam a energia nuclear como fonte energética.

Os dados exatos da geração de energia nuclear do país são envoltos em dúvidas por representar questão de segurança nacional, já que o enriquecimento de plutônio para fins militares ocorre nessas usinas, entretanto, é conhecido que o desenvolvimento da energia nuclear pelo mundo sofreu forte revés com o desastre de Fukushima, que causou um vazamento



da radiação para o mar e solo no território japonês. Contudo, o Governo chinês contradiz a tendência de redução do consumo de energia elétrica de origem nuclear.

A meta do governo para a geração de energia nuclear é bastante ambiciosa no curto e médio prazo, no ano de 2010. O país finalizou a construção de duas novas usinas, e iniciou a construção de mais nove. Esse projeto possui a duração de 5 anos e o intuito é aumentar a capacidade energética do país em 43 giga watts acarretando um aumento da produção de energia elétrica geradas nas usinas nucleares de 3% para 5%. Os planos da China são ainda mais ambiciosos para o longo prazo, caso se concretizem todas as estimativas do Governo chinês na área nuclear, o país planeja aumentar a capacidade instalada das usinas nucleares para 80 giga watts até o ano de 2020. Se a meta for alcançada, a China vai se tornar o segundo país com o maior potencial energético gerado pelas usinas nucleares ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

O gás natural é considerado como a terceira fonte de energia mais importante para a China. Segundo Li, Dong e Shangguan (2011), o gás natural é considerada como um eficiente combustível fóssil e de fácil extração comparada a outras matrizes energéticas. Em 2008, o consumo global de gás natural correspondeu a 24% do total comparado a outras matrizes energéticas. Em contraste, o consumo chinês de gás natural correspondeu a 3,7% da produção energética doméstica (LI; DONG; SHANGGUAN, 2011).

O baixo consumo de gás pela China é fruto de uma antiga política energética chinesa, que surgiu em 1949, essa política estabeleceu que o desenvolvimento industrial e econômico chinês deveria ser pautada no consumo principal do carvão como a fonte primária de energia devido a abundância das jazidas nacionais. Dois fatores contribuíram para o baixo uso do gás natural como matriz energética pela China. O primeiro, o uso de gás natural exige volumosos investimentos em infraestrutura, e em segundo, o preço do gás natural é consideravelmente maior que o preço do carvão.

Com o crescimento da dependência por carvão, e os inúmeros problemas ambientais ocasionados pelo consumo do carvão fizeram com que o governo revesse o papel do carvão como fonte primária de energia. Segundo Li, Dong e Shangguan(2011), no começo dos anos 2000, o governo chinês estabeleceu políticas que visam a substituição do carvão por fontes alternativas, entre elas, o gás natural. Desde então, o consumo de gás natural cresceu vertiginosamente com o passar dos anos.

No ano de 2007, houve um aumento da demanda por gás natural na casa de 24% correspondendo a cerca de 69,5 bilhões de metros cúbicos consumidos (NBS 2008). O rápido crescimento da demanda de gás natural elevou a China aos 10 maiores consumidores de gás

natural do mundo. Segundo a IEA's World Energy Outlook (2008), se o crescimento seguir a tendência de crescimento, no ano de 2019, a China irá se tornar o maior consumidor de gás natural da região da Ásia-Pacífico, superando o Japão. Na figura 19 é possível observar o crescimento da demanda e do consumo por gás natural na China.

Figura 18: Consumo e produção de gás natural na China em pés cúbicos<sup>1</sup>



Fonte: IEA outlook 2014

Uma medida proporcionada pelo governo para promover a ampliação do consumo de gás natural e aos poucos substituir o uso do carvão e dos derivados do petróleo foi um programa ambicioso na construção de dutos ligando as regiões produtoras que se encontram ao oeste e as regiões industriais ao leste, que são grandes mercados consumidores. A estimativa é que os dutos domésticos elevem a capacidade energética do gás natural em 10% até o ano 2020, e que esse crescimento ainda seja persistente após esse período.

Segundo Li, Dong e Shangguan(2011), o programa do governo não está restrito somente a construção de dutos em solo nacional, o governo chinês vem investindo na construção de dutos ligando o país e a região da Ásia Central. Os dutos têm a extensão de 6800 km e ligam as regiões orientais da China com o Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão. No ano de 2009, os principais dutos foram finalizados e o governo planeja a construção de outros dutos secundários para ampliar o consumo de gás natural. A construção dos dutos é relevante não somente do campo energético, a construção dos dutos aumentou a influência chinesa na região questionando a autoridade russa sobre a região, este tópico será melhor explorado no decorrer deste trabalho.

<sup>1</sup> O valor de um pé cúbico representa cerca de 28 litros.

Com o tema da segurança energética ganhando importância nas pautas governamentais, a energia solar vem se destacando devido à alta gama de aplicações que a mesma possui. No início do século XXI, o governo chinês iniciou um intensivo programa de incentivo as indústrias foto voltaicas nacionais com o interesse em estimular o desenvolvimento dessa indústria e da matriz solar. Segundo Lin; Wang (2008), atualmente, a concentração dos painéis solares encontra-se em plantas de pequeno e médio porte espalhados pelo país, a energia obtida através dessas plantas já é capaz de abastecer energeticamente algumas vilas e alguns sistemas de iluminação das grandes cidades do país. Merece destaque a planta fotovoltaica da província de Yunnan, ela é considerada a maior usina fotovoltaica chinesa, seu custo foi em torno de 660 milhões de dólares e é capaz de produzir cerca de 66 megawatts.

Além disso, as ambições governamentais não se limitam a pequenas e médias plantas, o governo planeja a construção de uma enorme planta solar dentro do deserto de Gobi no Oeste chinês, essa planta seria o catalisador do desenvolvimento energético solar por toda a China e garantiria considerável suprimento energético ao país.

De acordo com Lin; Wang (2008), a energia solar foi responsável pela geração de 1200 megawatts no ano de 2007, este valor representou cerca de 35% de toda a energia elétrica advinha da matriz solar produzida mundial naquele ano, o que propiciou a China a primeira colocação na produção de energia elétrica vinda de origem solar. As estimativas do Governo chinês são que com a construção da planta energética no deserto de Gobi, o país seja capaz de gerar através da energia solar cerca de 300 megawatts em 2020, e a estimativa é que o país produza até 1.8 giga watts até 2050.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas econômicos, sociais e políticos que a China enfrenta hoje tem o tamanho nada modesto do país. Não bastasse o desafio permanente de sobrevivência da maior população do planeta em território com baixa proporção de terras agricultáveis, o crescimento econômico acelerado das três últimas décadas, embora tenha permitido multiplicar por nove o produto chinês, gerou novas dificuldades, que na visão de muitos analistas, lançam dúvidas sérias sobre a continuidade do processo de desenvolvimento do país. São muitos os problemas da China de hoje, que os mais céticos invocam quando se trata de argumentar que as bases do desenvolvimento chinês são precárias: aumento da desigualdade socioeconômica numa sociedade outrora relativamente igualitária pela não aplicação do princípio da primogenitura na transferência da propriedade rural; crescente disparidade entre a cidade e o campo, entre regiões costeiras e interioranas; crescimento econômico fundamentado em boa medida nas altas taxas de investimento e no comércio exterior, com baixa participação do consumo interno; danos graves ao meio ambiente e escassez de recursos fundamentais, como água potável; alta intensidade do consumo energético e dependência de suprimentos externos de energia; ineficiência de grande parte do setor estatal da economia; e corrupção em larga escala.

Uma das consequências do alto crescimento econômico foi o profundo impacto da demanda chinesa por recursos energéticos, colocando entre os maiores consumidores de, entre outros, petróleo, carvão, e outros recursos minerais, para satisfazer a crescente demanda industrial e urbana do país. Entretanto, as reservas energéticas nacionais são limitadas para atender o tamanho da demanda nacional, além disso, os tradicionais aliados parceiros energéticos são marcados por históricos períodos de instabilidade política, o que pode levar a China a uma dependência energética a longo prazo.

Sabendo que o crescimento econômico chinês é o pilar de sustentação de todo o sistema político nacional, e que a escassez de energia pode levar o PCC a perder o controle sobre o país, os líderes chineses direcionaram sua atenção para a questão energética. A solução encontrada pelo Governo chinês foi adotar duas posturas distintas, mas que no fundo são complementares para a questão do fornecimento energético chinês. No presente trabalho foi apresentado as duas posturas adotadas pelo Governo chinês para solucionar os problemas de abastecimento energético.

Uma postura adotada por Pequim é a implementação de uma política de expansão da sua área de influência pelo mundo, procurando garantir o fornecimento energético nacional por meio da diversificação dos seus parceiros internacionais, esta expansão concentra-se nas regiões do Oriente Médio, América do Sul e África. Conforme o que foi exposto no trabalho, a postura

chinesa é criar fortes vínculos comerciais para estimular o desenvolvimento das relações bilaterais entre o país e as regiões consideradas estratégicas para a política externa chinesa, ao estreitar tais vínculos, Pequim direciona seus investimentos para as áreas em que o país pode explorar o potencial energético local, e assim garantir o fornecimento para a economia chinesa.

A outra saída encontrada pelo país foi adotar uma política de diversificação da matriz energética nacional com fontes limpas e renováveis como forma de mitigar os efeitos ambientais originados da matriz energética primária nacional e, também, não depender exclusivamente da importação de recursos energéticos oriundos de locais distantes do planeta.

A complexidade do dilema de Pequim no tratamento da questão energética não decorre somente da dúvida sobre a capacidade do mundo de produzir energia em quantidade suficiente para sustentar o crescimento acelerado de economia como a chinesas e com populações bilionárias, mas também da certeza de que, mesmo que a oferta mundial seja suficiente, a China não terá como escapar da dependência externa do suprimento energético( LYRIO, 2010). Para um país historicamente tão cioso da autossuficiência simbólica e material, e que, nos últimos anos, foi prese fácil de bloqueios navais em contexto de guerras, impostos seja pela Inglaterra no século XIX, seja pelo Japão no século XX, a perspectiva de que sua economia dependa da regularidade do fornecimento, principalmente por via marítima , de energia proveniente de regiões mais ou menos remotas do mundo é matéria de preocupação do Governo chinês. A estabilidade política no país é, em boa medida, dependente da manutenção do crescimento econômico, e a perspectiva de eventual colapso por razões externas ou internas, do suprimento de energia, e consequentemente, da própria economia chinesa, é um cenário que o Governo procura evitar a qualquer custo.

## REFÊRENCIAS

ACIOLY, L., PINTO, E. C., & CINTRA, M. A. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão Da China No Sistema Mundial E Os Desafios Para O Brasil**. Grupo de Trabalho Sobre a China, IPEA.

ALVAREZ, Marcos César. **Cidadania e direitos num mundo globalizado**. Perspectivas, São Paulo, n. 22, 95-107, 1999.

BASSO, Andressa Wagner. **Relações Sino-Latino-Americanas: Uma análise dos interesses adjacentes à aproximação chinesa com a América Latina e implicações para a economia**. 2016. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

BLANCHARD, Jean-marc F.. **Political aspects of Chinese investment in Latin America**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 2, n. 2, p.35-49, jul. 2016.

BRISTISH Petroleum. Disponível em: <<http://www.bp.com/>>

BRAUDEL, Fernand. **O tempo do mundo**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

CAPALADANDA, A. **O impacto do investimento chinês em Angola**. Disponível em: <<http://www.voaportugues.com/content/angola-china-09-10-2010-voanews-102636489/1258659.html>> Acesso em: 06 de novembro de 2018

CHERNI, Judith A.; KENTISH, Joanna. **Renewable energy policy and electricity market reforms in China**. Energy Policy, [s.l.], v. 35, n. 7, p.3616-3629, jul. 2007. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2006.12.024>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

CSIS & IIE. **China: The Balance Sheet**, BBS Publications, New York, 2006.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. “**A segurança energética do Brasil: ameaças, perspectivas e desafios para 2022**”. Revista Eletrônica Estratégia Brasileira de Defesa, setembro de 2011. Acesso em: 06 de junho 2018.

ECONOMIST, The. **A great wall of waste**. 2004. Disponível em: <<https://www.economist.com/special-report/2004/08/19/a-great-wall-of-waste>>. Acesso em 05 dez.2018.

ECONOMY, Elizabeth. **The river runs black: the environmental challenge to China's future**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

EIA. **Updated Data Series**. Disponível em: < <https://www.eia.gov>>. Acesso em setembro de 2018.

FAIRBANK, John King. **China: A New History**. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **A Nova Geopolítica da Energia: Reflexão Sobre os Biocombustíveis**. Revista de Geopolítica, Natal, p.113-129, jun. 2014.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HONGBO, Sun. **The dragon's oil politics in Latin America**. 2012. Disponível em: <[https://ias.asia/sites/default/files/IIAS\\_NL62\\_30.pdf](https://ias.asia/sites/default/files/IIAS_NL62_30.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IEA - International Energy Agency. **World Energy Outlook: China and India Insights. 2007b**. Disponível em: Acesso em: 22 jul. 2018.

IEA - International Energy Agency. **Oil & Gas Security: Emergency Response of IEA Countries. People's Republic of China**". 2012. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2018.

JILBERTO, A. E.; HOGENBOOM, B. (Eds.). **Latin America facing China: South-South relations beyond the Washington consensus**. New York: Berghahn Books, 2010.

KERR, Lucas de Oliveira. **Energia Como Recurso de Poder Na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. Tese (Doutorado Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX**. Tempo do Mundo, Brasília, v. 3, n. 4, p.153-177, dez. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6288/1/RTM\\_v4\\_n3\\_Economia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6288/1/RTM_v4_n3_Economia.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2018.

LI, Junchen; DONG, Xiucheng; SHANGGUAN, Jianxin. **Forecasting the growth of China's natural gas consumption**. Energy. Beijing, p. 1380-1385. mar. 2011.

LINS, Hoyedo Nunes. **Integração internacional e fragmentação interna: A China em perspectiva**. Pesquisa & Debate. São Paulo, p. 45-63. jun. 2008.

LUZ, A. **Política externa chinesa na África: a área energética em destaque**. (2011). Disponível em: <[http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/arnaldo\\_da\\_luz.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/arnaldo_da_luz.pdf)> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

MACROTRENDS. **Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart**. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/1369/crude-oil-price-history-chart>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEDEIROS. **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/905-Brasil\\_e\\_China\\_no\\_Reordenamento\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf)> Acesso em: 17 set. 2018.

MEI, Yong. Coal in China. **Applied Mechanics And Materials**, [s.l.], v. 275-277, p.2784-2787, jan. 2013. Trans Tech Publications. <http://dx.doi.org/10.4028/www.scientific.net/amm.275-277.2784>. Acesso em 8 de abril de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MRE, Ministério das Relações Exteriores-. **Sudão-Comércio Exterior**. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/index.html?a=INDSudao&p=00004>>. Acesso em: 11 out. 2018.

NONNENBERG, M. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010.

OCDE. **Crude oil production**. 2016. Disponível em: <<https://data.oecd.org/energy/crude-oil-production.htm>>. Acesso em: 25 out. 2018.

OEC, The Observatory Of Economic Complexity-. **Guiné Equatorial**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/gnq/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr. Energy security of China and the reactions of the USA. Contexto Internacional, Rio de Janeiro v. 30, n. 2, may./aug. 2008.

PEREIRA, Carlos; NEVES, João Augusto de Castro. **Brazil and China: South-South Partnership or North-South Competition?** 2011. Disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/03\\_brazil\\_china\\_pereira.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/03_brazil_china_pereira.pdf)>. Acesso em: 01 abril. 2018.

PORTAL, Africa Portal- Africa. **Africa**. Disponível em: <<https://www.africaportal.org/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

REUTERS. **Polluted China rivers threaten "sixth" of population**. 2007. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/environment-china-pollution-dc/polluted-china-rivers-threaten-sixth-of-population-idUSPEK30589720070827>>. Acesso em: 06 dez. 2018

ROMANA, H.b.. Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.13-32, 30 abr. 2016. Revista da Escola de Guerra Naval. <http://dx.doi.org/10.21544/1809-3191/regn.v22n1p13-32>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMIDT, Gabriela Bohrer. **Projeção chinesa na agricultura africana: Em busca da segurança alimentar?** 2017. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.



SCHREIFELS, Jeremy J.; FU, Yale; WILSON, Elizabeth. **Sulfur dioxide control in China: policy evolution during the 10th and 11th Five-year Plans and lessons for the future.** Energy. Beijing, p. 779-789. 04 jan. 2012.

SEELIG, Marina; BOTELHO, Lauren Anne; SCHNEIDER, Paulo Smith. **Segurança energética, energia renovável e geração termelétrica: o caso do suprimento às capitais sede da Copa de 2014.** In: 3º congresso internacional de tecnologias para o meio ambiente, 3., 2012, Bento Gonçalves – Rs, Brasil. Anais.... Bento Gonçalves – Rs, Brasil: Congresso Internacional de Tecnologias Para O Meio Ambiente, 2012. p. 1 - 8. Disponível em: <<http://www.proamb.com.br/downloads/o4ue96.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

SIMÕES, Alexander. **What does Equatorial Guinea export.** Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/gnq/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SIQUEIRA, Cynthia Danielle. **Segurança energética e regime internacional de mudanças climáticas: o papel da burocracia pública brasileira na elaboração de diretrizes políticas.** 2010. 137 f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** São Paulo, Nobel, 1993.

STATISTICAL Review of World Energy/British Petroleum. London, 2012.

STEEVES, Brye. **A competição em segurança energética na transição hegemônica: A China, os Estados Unidos e a divergência na energia renovável.** 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

ROSE, G. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy.** p.72-144. London, England: Cambridge University Press, 1998. Disponível em: <Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25054068>>. Acesso em: 6 maio 2018.

UNCTAD. Unctad Statistics. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>.

WIKIPEDIA. **Zonas Econômicas Especiais da China.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas\\_Econ%C3%B4micas\\_Especiais\\_da\\_China](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_Econ%C3%B4micas_Especiais_da_China)>. Acesso em: 11 out. 2018.

WORLD BANK. **China Overview.** Disponível em: Acesso em: 05 abr. 2018.

YERGIN, D. **Ensuring energy security.** Foreign Affairs, v.85, n.2, p.69-82, 2006

ZWEIG, David; JIANHAI, Bi. **China's Global Hunt for Energy.** Foreign Affairs. Hong Kong, p. 25-37. set. 2005

